

----- ATA N.º 5/2022 -----

**QUINTA SESSÃO ORDINÁRIA PÚBLICA
DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE
FERREIRA DO ZÊZERE AOS DIAS
DEZASSETE DE DEZEMBRO DE DOIS
MIL E VINTE E DOIS -----**

Aos dezassete dias do mês de dezembro do ano de dois mil e vinte e dois, na Vila de Ferreira do Zêzere, no Centro Cultural Alfredo Keil, face à convocatória para o efeito oportunamente remetida nos termos regimentais, reuniu este Órgão, sob a presidência de José Manuel Pinto da Silva Casanova, tendo como 1.º e 2.º Secretários, respetivamente, Carlos Ferreira Salgado e Maria Fernanda Gaspar de Moura, com a seguinte **ordem de trabalhos**: -----

PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA -----

1. Apresentação de expediente, nos termos da alínea m) do n.º 1 do artigo 29.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação. -----
2. Apreciação e votação da ata da 4ª Sessão Ordinária realizada em 30 de setembro de 2022. -----
3. Assuntos gerais de interesse autárquico, ao abrigo do artigo 52.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação. -----

PERÍODO DA ORDEM DO DIA-----

1. Apreciação da informação escrita do Presidente da Câmara Municipal acerca da atividade e situação financeira do município, ao abrigo da competência que lhe é conferida pela alínea c) do n.º 2 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação. -----

2. Apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal para comparticipação de despesas atinentes ao seguro e ao subsídio de refeição da trabalhadora, (Liliana Godinho), integrado na candidatura ao programa CEI do IEFP, apresentado pela Junta de Freguesia de Águas Belas, ao abrigo da competência que lhe é conferida pela alínea j) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação. -----

3. Apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal para comparticipação de despesas atinentes ao seguro e ao subsídio de refeição do trabalhador, (Fernando Leal), integrado na candidatura ao programa CEI do IEFP, apresentado pela Junta de Freguesia de Ferreira do Zêzere, ao abrigo da competência que lhe é conferida pela alínea j) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação. -----

4. Apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal para comparticipação de despesas atinentes ao seguro e ao subsídio de refeição do trabalhador, (Victor Ramalho), integrado na candidatura ao programa CEI do IEFP, apresentado pela Junta de Freguesia de Ferreira do Zêzere, ao abrigo da competência que lhe é conferida pela alínea j) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação. -----

5. Apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal atinente aos estudos de sinalização/toponímia abaixo mencionados, ao abrigo da competência que lhe é conferida pela alínea g) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação: -----

a) Colocação de sinal de trânsito, na Rua de São Sebastião, no lugar de Jamprestes, sito na freguesia de Chãos; -----

- b) Colocação de sinal de trânsito, na Estrada António Teixeira Antunes, sito na freguesia de Ferreira do Zêzere; -----
- c) Colocação de sinal de trânsito, na Estrada da Fontinha, no lugar de Chão da Serra, sito na freguesia de Ferreira do Zêzere; -----
- d) Colocação de sinal de trânsito, na Travessa dos Sobreiros, no lugar de Pombeira, sito na freguesia de Ferreira do Zêzere; -----
- e) Colocação de sinal de trânsito, no Entroncamento da Estrada da Comenda com a Travessa do Outeiro do Sobral, no lugar de Sobral, sito na freguesia de Igreja Nova do Sobral; -----
- f) Colocação de sinal de trânsito, na Rua Conceição Amor Duarte, com ligação à Estrada Ribeira da Lousã, na localidade de Mourolinho, sito na freguesia de Igreja Nova do Sobral; -----
- g) Colocação de sinal de trânsito, na Rua Alfredo Keil, no local de Ferreira do Zêzere, sito na freguesia de Ferreira do Zêzere. -----
6. Apreciação e votação da participação variável no IRS, para o ano de 2023 retificada, ao abrigo da competência que lhe é conferida pela alínea c) do n.º 1 do art.º 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação, conjugada com o n.º 1 do artigo 26.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, na sua atual redação. -----
7. Apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal, a Aquisição de Parcela de Terreno, sito em Rua Maria Vasques, na freguesia de Ferreira do Zêzere, para integração/afetação da parcela ao domínio público municipal, nos termos da alínea q, do n.º 1, do artigo 25º da Lei 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação. ---
8. Apreciação e votação das Grandes Opções do Plano e Orçamento para 2023, conforme alínea a) do n.º 1 do art.º 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro. -----



9. Apreciação e votação do Mapa de Pessoal e respetiva caracterização dos postos de trabalho e competências para o ano de 2023, conforme alínea o) do n.º 1 do art.º 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação. -----

10. Apreciação e votação da proposta de redução das Taxas para reconstrução/reabilitação, alteração e ampliação de edifícios habitacionais ou não, que se encontrem em ruínas ou degradados e sem condições de utilização, relativo à Tabela de Taxas Municipais de 2023, nos termos do n.º 2, do art.º 16 da Lei n.º 73/2013, de 03/09, na sua atual redação e da alínea b), n.º 1 do art.º 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12/09, na sua atual redação. -----

11. Apreciação e votação do compromisso plurianual - Plano Financeiro Plurianual da Delegação de Competências na CIMT de Transporte Público - Novo Contrato Interadministrativo, constante na tabela do ponto 3 do email da CIMT, efetuados ao abrigo da autorização da Assembleia Municipal de 4 de dezembro de 2021, conforme n.º 1 do art.º 6.º da Lei 8/2012, de 21 de fevereiro. -----

12. Apreciação dos compromissos plurianuais (quadro 1) efetuados ao abrigo da autorização da Assembleia Municipal de 4 de dezembro de 2021, conforme n.º 1 do art.º 6.º da Lei 8/2012, de 21 de fevereiro. -----

13. Informação da Deliberação da Assembleia da União das Freguesias de Areias e Pias sobre a "Extinção de freguesia e criação de novas freguesias", nos termos do artigo 12º, ao abrigo da Lei nº 39/2021, de 24 de junho. -----

INTERVENÇÃO ABERTA AOS CIDADÃOS -----

1. Intervenção e esclarecimento ao público nos termos do n.º 1 do artigo 49.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro. -----

21	021
Livro	Folhas

Presenças: distribuída a folha de Presenças aos membros da Assembleia Municipal, verificou-se a presença de vinte e um dos seus membros, tendo-se registado a ausência da Deputada Municipal Inês Filipa Godinho Ferreira, Marisa Alexandra Cotrim Silva e Manuel dos Santos Nunes, que foram substituídos pelos membros logo a seguir da lista, respetivamente o Senhor Jorge Manuel Godinho Ribeiro, a Senhora Ana Rita Vieira Silva. Verificou-se também a ausência do Senhor Flávio Miguel Cotrim Ferreira que foi convocado, mas não compareceu à Sessão. -----

A **Câmara Municipal** fez-se representar pelo Senhor Presidente Bruno José da Graça Gomes, e pelos Vereadores Orlando da Silva Patrício, Ana Elisabete Farinha Ferreira e Dias Pereira, Hugo Miguel de Freitas Azevedo e Pedro Manuel dos Santos Alberto. -----

Abertura da Sessão: Eram dezoito horas e doze minutos quando, verificada a existência de “quórum”, o Presidente da Mesa, nos termos regimentais, declarou aberta a sessão da Assembleia Municipal, cumprimentando todos os membros presentes da Câmara Municipal, Assembleia Municipal, comunicação social e público em geral. -----

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal no uso da palavra, e antes de começar o Período de Antes da Ordem do Dia, quis propor uma situação à Assembleia Municipal. Começou por dizer que tem havido alguns problemas, relativo a atrasos com a chegada da documentação de apoio a cada uma das Assembleias. Referiu que a Lei nº 75/2013 de 12 de setembro, prevê o envio obrigatório por correio, propondo aos membros da Assembleia Municipal e de acordo com o ponto cinco, do artigo vigésimo terceiro, do Regulamento da Assembleia Municipal de Ferreira do Zêzere e que já prevê a situação do envio por via eletrónica, efetuar a convocatória por Correio Registado e com Aviso de

Receção e posteriormente a documentação ser enviada por lotes, assim que tiver pronto um pacote de documentação será enviada, um segundo pacote será enviado, quando assim entendido, sendo que no fim será enviado o pacote final com toda a documentação restante num email final. Questionou os membros da Assembleia Municipal se concordavam com a proposta apresentada, pelo que como não houve objeções, referiu que a partir daquela data se irá efetuar aquele procedimento, atendendo que se está a cumprir o Regimento e a Lei da mesma forma. -----

PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA -----

1. Apresentação de expediente, nos termos da alínea m) do n.º 1 do artigo 29.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação. -----

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal fez uma abordagem breve de alguns pontos mais importantes da correspondência recebida. -----

Não houve intervenções. -----

2. Apreciação e votação da ata da 4ª Sessão Ordinária realizada em 30 de setembro de 2022. -----


O Senhor Presidente da Assembleia Municipal questionou os Senhores Deputados Municipais se pretendiam fazer alguma alteração à ata recebida que foi enviada oportunamente, pelo que não houve nenhuma intervenção. -----

Colocada à votação a Assembleia Municipal deliberou por maioria, com dezoito votos a favor, zero votos contra e duas abstenções dos eleitos Jorge Manuel Godinho Ribeiro e Ana Rita Vieira Silva que não estiveram presentes na referida sessão. -----

3. Assuntos gerais de interesse autárquico, ao abrigo do artigo 52.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação. -----

O Deputado Municipal, o Senhor João Miguel Sá da Silva, no uso da palavra, e ainda acerca da empresa Comave, S.A., quis deixar alguns comentários e

considerações. Em primeiro lugar no que diz respeito a um comunicado dos Deputados Municipais do PPD/PSD-CDS.PP, relativo ao resumo das exposições da Reunião de Câmara a nove de novembro de dois mil e vinte e dois, em que num dos parágrafos, o leitor é convidado a refletir, em que passa a citar essas mesmas palavras: *“será que foi sensata aprovar uma moção na Assembleia Municipal de trinta de setembro de dois mil e vinte e dois, que visava mandar o executivo Municipal para instruir processo legal contra a empresa Comave, S.A., quando esta já não se encontrava a laborar desde vinte e quatro de agosto de dois mil e vinte e dois. De referir que a bancada da coligação do PPD/PSD.CDS.PP, votou contra única e exclusivamente por este motivo.”* Pelo facto de a empresa Comave, S.A., ter suspenso a sua atividade desde vinte e quatro de agosto, tal não garantia rigorosamente nada, para a salvaguarda dos interesses legítimos da população, pois da mesma forma que suspendeu a atividade, podia iniciá-la novamente, dizendo que laborou desde trinta de junho de dois mil e treze sem licença ambiental e desde dezoito de julho de dois mil e catorze que não cumpria o Regulamento de Águas Residuais do Município de Ferreira do Zêzere. Disse também que quando referem que a bancada da coligação do PPD/PSD-CDS.PP, votou contra única e exclusivamente por este motivo parece-lhe um falso argumento, porque naquela ordem de ideias bastaria que tivessem feito uso da abstenção, sendo apenas a sua reflexão. Em segundo lugar e relativamente ao fecho definitivo da unidade de tratamentos de subprodutos da empresa Comave, S.A., em Ferreira do Zêzere anunciado pela sua administração, dizendo que acredita que esse desfecho deve em grande parte contribuição do esforço de todos os membros da atual Assembleia Municipal pela entrega ao debate e discussão daquela problemática, dizendo que mesmo naqueles momentos em que não estiveram de acordo, querendo endereçar



um agradecimento especial ao grupo de deputados do Partido Socialista composto também por independentes, pelo espírito de coesão e dedicação que demonstraram ao longo dos últimos meses em que o assunto foi amplamente discutido. Em terceiro lugar, quis felicitar o Presidente da Assembleia Municipal, Doutor José Casanova, pela coragem e iniciativa, de trazer o assunto para a ordem do dia, agradecendo também o protagonismo assertivo dedicado, minucioso e empenhado que demonstrou, a lidar com importante assunto, sendo que a preocupação era ir ao encontro das reivindicações legítimas da população. Em quarto lugar quis agradecer ao executivo municipal na pessoa do Senhor Presidente da Câmara Bruno Gomes pelo respeito demonstrado pelo executivo nas deliberações das Assembleias efetuadas, relativas ao tema tão sensível e importante, terminando assim a sua intervenção. -----

PERÍODO DA ORDEM DO DIA-----

1. Apreciação da informação escrita do Presidente da Câmara Municipal acerca da atividade e situação financeira do município, ao abrigo da competência que lhe é conferida pela alínea c) do n.º 2 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação. -----

O Senhor Presidente da Assembleia e estando já no Período da Ordem do Dia começou por cumprimentar todos os Senhores Deputados, seguidamente o Executivo Municipal, agradecendo a presença de todos eles. Cumprimentou os funcionários do Município por dar apoio à Assembleia e todo o público em geral, bem como órgãos de informação e empresa de transmissão de Streaming. Começou por ler algumas reflexões, e que passo a citar: *“Tem sido um dos objetivos destas intervenções que vou fazendo, salientar os valores de humanismo, solidariedade, igualdade e fraternidade que devem reger as nossas vidas, e destacar que a esse*

respeito a responsabilidade dos eleitos pelos Ferreirenses é muito maior do que a dos outros cidadãos. No entanto, todos os dias recebemos lições de vida, de capacidade de luta e de abnegação por parte de quem nos elegeu. Ao contrário, do que muitos se esforçam por tentar fazer parecer importante, essa alma coletiva que une os Ferreirenses, é muito maior do que os momentos de discórdia, e de o legítimo direito à diferença. Gostaria de vos falar do Rodrigo. O Rodrigo é um menino inteligente, simpático, com uma alegria de viver sem limites, apesar de sofrer de uma doença óssea congénita que o coloca numa cadeira de rodas. Tem à sua volta uma família exemplar, lutadora e dedicada. Como qualquer outra criança tem sonhos, e sonhou fazer o percurso de um dos Trails de Ferreira do Zêzere. Para o cumprimento dessa sua vontade, gerou-se uma enorme onda solidária, que lhe permitiu a concretização desse sonho. Será preciso mais alguma prova daquilo que os Ferreirenses são capazes de gerar quando se unem? Outra onda solidária, também surgiu do apoio necessário a uma situação de tragédia que atingiu outra família de Ferreirenses. O nosso concelho tem diversos problemas sociais crónicos, que precisam e deveriam ser movidos e resolvidos por esta mesma solidariedade que temos dentro de nós, por esse desejo de fazer mais e melhor, por essa vontade de transformarmos o inatingível em uma simples possibilidade. Todos nós já ouvimos, na televisão pelo menos, e conhecemos de cor as primeiras palavras da Constituição dos Estados Unidos da América: WE THE PEOPLE – que significa nós o povo. As manifestações de agrado e desagrado das populações são um reflexo da sua dignidade e da defesa dos seus interesses. A força dessas manifestações deve ser interpretada por quem elegeram, e a defesa dos interesses do coletivo é fundamental numa sociedade democrática. Vem isto a propósito, da situação de todos conhecida, respeitante à COMAVE, S.A.,. Em situações como aquela que a

esse respeito se viveu não há vencedores nem vencidos. No caso concreto imperou o bom-senso!!! Por parte da empresa, que soube reconhecer, a voz coletiva dos cidadãos que se moveram na defesa da sua qualidade de vida, e da sua saúde, porque lhe tinha sido movido um processo no Ministério Público, pelo SEPNA da GNR agindo em função das queixas recebidas, porque laborava há quase uma década sem licença ambiental, e finalmente, porque não queria ver o seu nome ligado a esta situação. Repito, imperou o bom-senso. O mesmo se pode dizer também do Município, que soube reconhecer a forma significativamente errada como lidou com esta situação, ao longo dos anos, e porque soube admitir a participação dos seus serviços nesses erros. Voltou a imperar o bom-senso. E esse mesmo bom-senso, voltou a surgir, quando a maioria desta Assembleia, se colocou simultaneamente ao lado da solução, quando apoiou o Executivo e deu corpo aos anseios da população. Terminada definitivamente esta questão, e para não causar qualquer incómodo aos senhores deputados, gostaria de informar que desde a última Assembleia Municipal, estive em sua representação, na segunda sessão da Assembleia Municipal Jovem e na apresentação do Plano estratégico para o Concelho de Ferreira do Zêzere. Quanto a este Plano, não posso deixar de saudar esta iniciativa, considerando-a um marco essencial no desenhar de uma visão para uma via de desenvolvimento planeado e sustentável, indispensável para a concretização de um futuro coletivo. Não há nada pior que um Plano, mesmo que este possa ser discutível e sujeito a melhorias, do que não ter qualquer tipo de Plano. Termino com uma observação. Esta Assembleia Municipal, é a casa da democracia municipal, e é devido à sua constituição, a representante máxima da vontade legitimamente expressa dos cidadãos Ferreirenses. Com os seus poderes conferidos por Lei, nada existe que se lhe sobreponha, a sua atividade diz respeito



ao poder decisório em deliberação de cada um dos seus deputados, agindo por imperativo da sua consciência, como cidadãos livres, e no nosso caso, maioritariamente independentes. Que fique bem claro que a defesa desta Assembleia Municipal e da sua atuação é uma responsabilidade de todos os que a constituem, não havendo qualquer outra estrutura seja de que natureza for, que a substitua, que a influencie, ou que interfira com o seu legítimo funcionamento".

Agradeceu os presentes por o ouvirem, dando continuidade ao Período da Ordem do Dia. -----

O Senhor Deputado Municipal Jorge Ponce de Leão de Castro, no uso da palavra, e relativo à área da saúde, e onde se fala na Reabilitação do Edifício do Centro de Saúde que refere que houve uma reunião com a Administração Regional de Saúde de Lisboa e Vale do Tejo, para definição dos valores a atribuir ao município para a sua reabilitação, e que na sequência dessa reunião, os valores foram revistos, ficando comprometida a atribuição da totalidade da verba necessária para a reabilitação, pelo que pediu esclarecimento no intuito de se saber quais as obras previstas e qual o valor para essas obras, derivado que posteriormente nas Grandes Opções do Plano, só conseguiu detetar para a saúde um valor de três mil, quinhentos e dois euros, o que na sua opinião não poderá estar relacionado essa situação de modo algum, terminando assim o seu pedido de esclarecimento. -----

O Senhor Deputado Municipal Márcio Rafael Gomes Cabral, no uso da palavra, quis colocar uma questão e que tem a ver com a recuperação das vias municipais, dizendo que já foram construídos os dois muros em Areias, um em Pias logo no princípio da empreitada querendo questionar e não tendo percebido numa das reuniões que houve na Junta de Freguesia, que alguns muros poderiam não ser reconstruídos, querendo saber se irão ou não ser reconstruídos. Quanto aos que já

CA
P
M

foram feitos quis deixar um alerta, dizendo que num dos muros ficou com umas verguinhas o que constitui um perigo, não sabendo quem fiscalizou ou se já estão mesmo concluído esses trabalhos, questionando também se a valeta junto ao muro irá ser alvo de alguma intervenção, uma vez que ficou em terra e agora com as chuvas que se têm feito sentir, começa a ficar escavado e se antes não tinham um buraco porque não existia muro mas agora irá criar-se um buraco entre o muro e a estrada. Aproveitou o uso da palavra para falar sobre a ETAR de Areias que seria previsto a sua conclusão até final do ano, que certamente não o será uma vez que já estávamos no final do ano, dizendo que o Senhor Presidente da Câmara tinha também informado numa Assembleia Municipal e assumido que tomaria uma posição caso não se iniciasse até final do ano. Referiu que a ETAR de Areias continua a não funcionar e necessita de uma solução. Por último quis falar sobre a Biocompost, que pouco ou nada sabe daquilo que tem acontecido, querendo ser esclarecido ao que tem acontecido. Disse ainda que na semana em questão e que provocado ou não pelas chuvas que aconteceram ali um derrame enorme de água completamente preta a escorrer pelos quintais abaixo. O SEPNA foi ao local e confirmou que essas mesmas águas vinham da empresa Biocompost, e que será levantado um auto sobre essa situação, não sabendo o que se já desenrolou sobre o processo da empresa sair ou não sair. Existem algumas informações que lhe vão chegando, umas mais oficiais outras menos, que apesar de pensarem em fazer um Polo na Chamusca, não existe a ideia de essa unidade deixar de laborar em Areias, querendo deixar claro que se continuar a laborar em Areias, o problema vai continuar a existir. E a única diferença que tem existido é que, antigamente tinham dias inteiros de maus cheiros e agora tem períodos de maus cheiros. O problema e os maus cheiros continuam a existir, e agora com aquela situação do derrame que

aconteceu parece-lhe uma questão ambiental e que está à vista de toda a gente, terminando assim a sua intervenção querendo saber um ponto de situação desta problemática. -----

O Senhor Deputado Municipal Filipe Dinis Mendes de Figueiredo, no uso da palavra, e tendo uma questão que o preocupa um pouco e que deve ser levantada. Começou por dizer que na informação que dispõe e não sabendo se está atualizada, a sete de dezembro diz que o grau de execução do orçamento é de sessenta e dois, ponto cinquenta e quatro por cento, querendo saber o porquê desse valor, pois lhe parece muito baixo. Se há dinheiro como diz o documento que são três milhões e duzentos, esse mesmo valor não está a ser investido, pois só tem sessenta e dois por cento de execução, chamando a atenção que ou na programação ou no planeamento algo falhou e tem que se saber o que se passa. Continuou, e falando no plano estratégico, concorda com o Senhor Presidente da Assembleia mencionou, que é um plano importante mas o mesmo não aparece na respetiva informação e que pessoalmente não conhece esse plano, não o recebeu, e não o viu em lado algum, e com todas as apresentações que houve, lamenta mas no dia que é efetivamente apresentado e para aqueles que tem um trabalho comum não é possível ver essa apresentação. Relativo à última Assembleia Municipal, queria solicitar ao Senhor Presidente da Câmara para não se esquecer de enviar as Normas que tinha ficado de enviar e que não receberam, terminando assim a sua intervenção. -----

O Senhor Deputado Municipal João Miguel Sá da Silva, no uso da palavra, começou por dizer que na área administrativa é referido um ponto com conferência entre os setores de Património e Notariado dos bens inventariados, pedindo algum esclarecimento, pois mais à frente verifica que edifícios de serviços e piscina que já estão a ser realizados os procedimentos de regularização no Cartório Notarial, bem

como da Biblioteca. Disse que são edifícios que conhecem há vários anos e que são utilizados perguntando se os mesmos não estão inscritos na conservatória do registo predial, se é normal essa situação ser assim, ou o que se terá passado para não estar regularizado, terminando assim a sua intervenção. -----

O Senhor Deputado Municipal Carlos Ferreira Salgado, no uso da palavra, começou por dizer que queria falar sobre a conferência entre os setores de Património e Notariado dos bens inventariados, mas como já foi abordado pelo Deputado Municipal João Miguel Sá da Silva, não iria falar sobre esse assunto. Continuou dizendo que na vertente da recuperação de vias municipais verifica que estão na informação todas as freguesias, menos a Freguesia de Chãos, não acreditando que não esteja feita já qualquer obra em Chãos. Passando para o mercado municipal, relativo ao controlo higieno-sanitário refere que e segundo a informação existe um controle à segunda-feira, chamando a atenção de que no sábado existe a maior venda de peixe, não sabendo se o peixe é fiscalizado, no sentido se tem condições ou não, pensando que o resto de peixe que resta de sábado é vendido na segunda-feira, não tendo a certeza de que seja assim, mas apelou que houvesse coordenação e, que a médica veterinária pudesse eventualmente fiscalizar o peixe de sábado, terminando assim a sua intervenção. -----

O Senhor Presidente da Câmara Municipal, no uso da palavra, começou por dar os parabéns ao Presidente da Assembleia Municipal pelo facto de ter obtido aprovação por unanimidade nas suas provas de agregação, recentemente realizadas, o que deve orgulhar todos os presentes dizendo que ficou orgulhoso e poder continuar a ter um Presidente da Assembleia Municipal que dignifica e honra o Concelho, apresentando assim congratulações e os parabéns. Continuou e esclarecendo o Senhor Deputado Municipal Eng.º Jorge Ponce de Leão de Castro, relativo ao Centro de Saúde,

informou que de facto houve uma reunião, dizendo que estão numa altura de discussão relativamente à aceitação da delegação de competências na área da saúde. Disse que estão em causa trezentos e cinquenta mil euros embora não pareça, para gastar na reabilitação do edifício do Centro de Saúde. Referiu que ainda não está mencionado para dois mil e vinte e três, mas sim em dois mil e vinte e quatro, pois ainda esperam pela assinatura do devido protocolo para o Município ser o dono da obra, estando à espera que lancem o devido programa financeiro para que se tenha uma comparticipação de cem por cento. Deu conta que irá estar presente em Ferreira do Zêzere um responsável da Administração Regional de Saúde onde irão visitar o Centro de Saúde, esperando que fique tudo tratado nessa altura. Esclarecendo o Senhor Presidente da União das Freguesias de Areias e Pias, o Senhor Márcio Rafael Gomes Cabral, relativo à construção de muros, disse que não tem uma informação muita clara e que irá dá-la posteriormente, referindo que todas as situações mencionadas têm de ser resolvidas, tendo em conta que se terão de realizar todas as correções necessárias e justificadas em todos os muros. Informou ainda que a gestão daquela empreitada, não tem sido fácil, devido às intempéries que têm ocorrido, dizendo que tem de se concluir rapidamente essa situação, nomeadamente o problema da valeta que faz todo o sentido, para que o muro não perca a sua solidez. Em relação à ETAR de Areias e como disse na última Assembleia Municipal iria tomar medidas, referindo que já foi adjudicada a obra, mas não sabe se irá iniciar até final do ano pois estão perto do mesmo, referindo que está tudo tratado sendo uma questão de semanas, e que será relativamente rápido estando tudo em andamento. Disse ainda que irá efetuar um ponto de situação relativamente ao início da obra prevista, onde depois prestará essa justificação. Passando para o assunto da Biocompost, referiu que continuam as reuniões com o Gabinete de Planeamento

Estratégico para uma possível candidatura, dizendo que houve uma há pouco tempo. Continua a esperar que a palavra dada seja honrada e que rapidamente se consiga corrigir essa situação. Da última vez que esteve nas instalações da Biocompost, houve uma queixa de um morador, não só aos maus cheiros, mas agora também de ruído, e que na altura foi chamada a Guarda Nacional Republicana, dizendo que passou pelo Posto para dar conta desse acontecimento. Está a aguardar que chegue mais informação relativamente aos autos, não só da G.N.R., mas também e de forma não oficial que já houve uma inspeção noturna à empresa por parte de uma entidade, estando a aguardar esse relatório para perceber o que aconteceu. Deu conta de que a unidade dois teve um indeferimento em relação ao licenciamento da atividade e que não pode ainda laborar. Nesta altura não consegue informar mais, e que aguarda aquela informação para posteriormente fazer um ponto de situação com a empresa. Esclarecendo seguidamente ao Senhor Deputado Municipal Eng.º Filipe Figueiredo, em relação à execução, dizendo que ela é baixa derivado a ter o saldo de gerência incorporado e também por algum atraso das obras em execução. Referiu que estando há pouco tempo no Município e situação que o tem deixado menos bem-disposto, são as obras, seja por erro de projeto, pela dificuldade que a Câmara Municipal tem para trabalhar com a empresa, pela parte jurídica, seja pelos encarregados que estão no terreno e que tem sido uma panóplia de questões que tem causado ao executivo alguns dissabores e que não sabem muito bem como vai acabar, querendo rapidamente que a obra termine, pois não podem numa próxima obra tolerar que situações daquelas que mencionou aconteçam e depois ter o reflexo da taxa de execução que é baixa que faz ter aquele dinheiro cativo quando poderia ser utilizado para outras situações. Referiu que a pessoa mais adequada para qualquer esclarecimento relativo ao orçamento é o Vice-Presidente e Vereador Dr. Orlando.

Disse que não pode de todo ter projetos futuros com tantos erros e não pode de todo ter uma empresa que cria esses problemas todos no futuro, ficando o compromisso que o executivo lá estará para corrigir essa situação numa próxima obra. Relativamente ao plano estratégico e segundo informação que deram dizendo que está no site algum tempo, dizendo que poderão ir ao site e que poderão eventualmente estudar e examinar essa situação. Em relação às normas pede desculpa por não as ter enviado, comprometendo-se enviar na semana seguinte. Esclarecendo o Senhor Deputado Municipal João Miguel Sá da Silva, em relação aos registos, regularizações, informou que tem vindo ao longo do ano de dois mil e vinte e dois, a fazer alguma força para conseguirem corrigir algumas situações. O respetivo procedimento para o registo dos terrenos e de algumas infraestruturas devido a não estarem feitos, o executivo e por força de se poder receber fundos comunitários, de forma a se ser ressarcido também de terrenos na Zona Industrial, está a dar-se andamento a um conjunto de escrituras para que fique resolvido, sendo uma delas a Biblioteca, em que era para receber algum dinheiro por parte de um programa de um projeto de eficiência energética e quando se foi a ver, a Biblioteca não estava em nome do Município, pelo que teve que se atualizar essa situação para se poder finalizar esse procedimento. Além da Biblioteca existem outros, e em que um deles vem a reunião de câmara. Deu conta de que ainda esta semana fez relativamente a dois lotes na zona industrial, que estavam com uma empresa e que já tinham chegado ao final do regulamento ao fim do prazo de dois anos a empresa teria que efetuar a infraestrutura, e caso não o fizessem o terreno seria ressarcido ao município e como se andou bastante tempo para se conseguir isso finalmente fez-se a escritura e com empresa ZWM, tão depressa que seja possível, vender aqueles lotes, para que eles possam aumentar as infraestruturas. Existem mais questões

relacionadas com as que mencionou, uma delas é a pista do aeródromo que necessita de um procedimento burocrático para ficar regularizado, dizendo que pretende neste mandato regularizar tudo o que há para regularizar, seja de terrenos ou infraestruturas, que embora sejam do Município não estão no nome do mesmo. Esclarecendo o Senhor Deputado Municipal Carlos Ferreira Salgado e relativamente aos Chãos disse não ter informação de nenhum muro que esteja por efetuar no âmbito da referida empreitada, dizendo que tem é de resolver como é que irão construir um muro em pedra que existe em Chãos, sendo esse assunto entre o Senhor Presidente da Câmara e o Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Chãos que irão chegar a uma conclusão, daí não estar nenhuma informação acerca de Chãos. Relativo ao controlo sanitário referiu que não é feito todos os sábados, mas é feito com muita regularidade. Neste momento o Senhor Presidente da Câmara passou a palavra ao Senhor Vice-Presidente Dr. Orlando Patrício, e reforçando a questão do controle sanitário no mercado, referiu que é feito com bastante regularidade, também ao sábado sendo uma situação que a Veterinária Municipal tem muita atenção, dizendo que vem com regularidade ao sábado, fazendo visitas sem previsão, não avisando ninguém dessa intenção, sendo muito exigente relativamente a essa situação e relativo a muitas normas no mercado. Relativo à questão da venda do peixe afirmou que não fica nenhum peixe no mercado de sábado para segunda-feira, sendo que os comerciantes recolhem o peixe que trazem, levando a questões com os próprios comerciantes que não estavam habituados a certas práticas onde tem sido bastante exigente, terminando assim o seu esclarecimento adicional. -----

O Senhor Deputado Municipal Filipe Dinis Mendes de Figueiredo, no uso da palavra, questionou o executivo se num orçamento de nove milhões, dizendo que não consegue perceber as contas, se existirá alguma empreitada de quatro milhões a

decorrer e que estará a condicionar o andamento da execução. Passou para outra questão, e para que nas Sessões da Assembleia Municipal tivessem conhecimento das obras particulares, ou em cada Assembleia Municipal ou na última de cada ano, devido a que normalmente a informação facultada é muito pouca e muita escassa, pelo menos nas informações que vem do Senhor Presidente da Câmara, dizendo que pelos menos informar quantos licenciamentos houve, reconstruções, quantas urbanizações, dizendo que existe essa informação relativo à médica veterinária e de outros e que das obras privadas não tem quase nada, solicitando se poderiam fazer esse ponto de situação, para saberem como as coisas vão evoluindo no Município. Falando de outra situação e não tendo a ver com o Município diretamente, mas com as Infraestruturas de Portugal, e que diz respeito à obra da Ponte de Vila de Rei, se o executivo tem algum conhecimento e relativo à estrada de Águas Belas se já houve mais algum desenvolvimento, para se poder tranquilizar os ferreirenses, terminando assim a sua intervenção. -----

O Senhor Vice-Presidente Dr. Orlando Patrício, no uso da palavra e esclarecendo o Senhor Deputado Municipal Filipe Figueiredo, relativo ao grau de execução do orçamento, salientou que tem um orçamento de despesas correntes de oito milhões e meio e que tem uma execução de setenta e um e meio por cento, e depois um orçamento de quatro milhões, trezentos e setenta e cinco mil euros de dotações das quais estão comprometidas três milhões, seiscentos e cinquenta e cinco mil euros com uma execução de quarenta e quatro e noventa e sete por cento. A média que dá é de sessenta e dois por cento, não se referindo ao orçamento de nove milhões, mas sim ao orçamento de doze milhões que é o orçamento retificado. Referiu que existe uma obra que está bastante atrasada, existindo outras que não estão executadas. Disse que seria bom que tivessem executadas, dizendo que os valores do grau de

execução vem buscar valores pagos de um milhão, novecentos e sessenta e sete mil euros, não tendo folga orçamental, mas existindo esse grau de execução que está baixo, dando conta que estão a fazer todos os esforços para se conseguir pagar o mais possível e atempadamente e aí nessa situação já se teria graus de execução maiores, não estando preocupado com essa situação, terminando assim o seu esclarecimento. -----

O Senhor Presidente da Câmara Municipal, no uso da palavra, e em relação à Ponte de Vila de Rei, informou que tem uma reunião solicitada há vários meses, uma vez que querem conhecer o projeto por dentro, e que ainda não tem resposta, dizendo que tal reunião tem de acontecer para se perceber o que está em causa, uma vez que pretende que os munícipes percebam a razão pela qual se vai gastar quatro milhões de euros na ponte. Em relação a Águas Belas informou que todos sabem que está a haver uma intervenção da Tejo Ambiente para o saneamento básico que é necessária e causa constrangimento, em que a responsabilidade não é de todo do Município, e antes de a obra começar tentou juntamente com a Entidades Águas do Vale do Tejo, bem como as Infraestruturas de Portugal, em que ao mesmo tempo que é feita a intervenção da Tejo Ambiente, foi feita uma intervenção de fundo para que se pudesse substituir as condutas em alta das Águas do Vale do Tejo. Deu conta que andam há um mês a fazer uma força muito grande, tanto o Senhor Presidente da Câmara, as Infraestruturas de Portugal e com a Tejo Ambiente para que essa situação aconteça, não tendo ainda notícias concretas, sabendo que a responsabilidade da colocação do betuminoso é do Município, dizendo que enquanto o Senhor Presidente da Câmara não resolver essa situação, o Município não irá pagar esse alcatrão. Disse que não faz sentido estarem a gastar dinheiro em alcatrão para depois passado uma semana haver uma fuga de água, uma rotura em alta e

depois cortar alcatrão que é dinheiros de todos os contribuintes. Disse que desde há muito discorda completamente que a responsabilidade da colocação de alcatrão na estrada de Águas Belas que é nacional tenha passado para o Município, decisão essa tomada no mandato anterior e que caberá ao Município essa responsabilidade. É muito importante que haja uma substituição daquela conduta e de tudo estão a fazer com as entidades envolvidas para que isso aconteça. Informou também que tem alertado continuamente para com a Tejo Ambiente relativo a algumas reclamações que foram rececionadas em relação à sinalização da referida obra, pois é uma via de muito tráfego, terminando assim o seu esclarecimento. -----

O Senhor Deputado Municipal Márcio Cabral, no uso da palavra, quis apenas reforçar na questão dos muros se realmente os muros irão ser todos concretizados, uma vez não ter sido esclarecido nesse ponto, querendo assim essa confirmação. ----

O Senhor Vice-Presidente Dr. Orlando Patrício, no uso da palavra, referiu que não irão ser todos concretizados, atendendo à última reunião que houve. Existem alguns que irão interferir com linhas de água, tendo alguma preocupação nesse sentido, por causa da APA, sendo que existem duas situações que não irão ser concretizadas, dizendo que fará chegar essa informação, a mais credível e mais concreta, e que não irá ser feita a intervenção como estava prevista, terminando assim o seu esclarecimento. -----

2. Apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal para comparticipação de despesas atinentes ao seguro e ao subsídio de refeição da trabalhadora, (Liliana Godinho), integrado na candidatura ao programa CEI do IEFP, apresentado pela Junta de Freguesia de Águas Belas, ao abrigo da competência que lhe é conferida pela alínea j) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação. -----

Não houve intervenções. -----

Colocado à votação a Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade e em minuta, ao abrigo da competência que lhe é conferida pela alínea j) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação, aprovar a comparticipação de despesas atinentes ao seguro e ao subsídio de refeição da trabalhadora, (Liliana Godinho), integrado na candidatura ao programa CEI do IEFP, apresentado pela Junta de Freguesia de Águas Belas. -----

3. Apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal para comparticipação de despesas atinentes ao seguro e ao subsídio de refeição do trabalhador, (Fernando Leal), integrado na candidatura ao programa CEI do IEFP, apresentado pela Junta de Freguesia de Ferreira do Zêzere, ao abrigo da competência que lhe é conferida pela alínea j) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação. -----

Não houve intervenções. -----

Colocado à votação a Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade e em minuta, ao abrigo da competência que lhe é conferida pela alínea j) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação, aprovar a comparticipação de despesas atinentes ao seguro e ao subsídio de refeição do trabalhador, (Fernando Leal), integrado na candidatura ao programa CEI do IEFP, apresentado pela Junta de Freguesia de Ferreira do Zêzere. -----

4. Apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal para comparticipação de despesas atinentes ao seguro e ao subsídio de refeição do trabalhador, (Victor Ramalho), integrado na candidatura ao programa CEI do IEFP, apresentado pela Junta de Freguesia de Ferreira do Zêzere, ao abrigo da

competência que lhe é conferida pela alínea j) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação. -----

Não houve intervenções. -----

Colocado à votação a Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade e em minuta, ao abrigo da competência que lhe é conferida pela alínea j) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação, aprovar a comparticipação de despesas atinentes ao seguro e ao subsídio de refeição do trabalhador, (Victor Ramalho), integrado na candidatura ao programa CEI do IEFPP, apresentado pela Junta de Freguesia de Ferreira do Zêzere. -----

5. Apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal atinente aos estudos de sinalização/toponímia abaixo mencionados, ao abrigo da competência que lhe é conferida pela alínea g) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação: -----

a) Colocação de sinal de trânsito, na Rua de São Sebastião, no lugar de Jamprestes, sito na freguesia de Chãos; -----

Não houve intervenções. -----

Colocado à votação a Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade e em minuta, ao abrigo da competência que lhe é conferida pela alínea g) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação, aprovar a colocação de sinal de trânsito, na Rua de São Sebastião, no lugar de Jamprestes, sito na freguesia de Chãos. -----

b) Colocação de sinal de trânsito, na Estrada António Teixeira Antunes, sito na freguesia de Ferreira do Zêzere; -----

O Senhor Deputado Municipal Filipe Figueiredo, no uso da palavra, e dirigindo-se ao executivo quis saber se a sinalização deste ponto seria acompanhada de outro tipo

de trabalho, que melhore aquela estrada naquela local onde é muito frequente haver acidentes. Referiu que a sinalização que está proposta é igual à que sempre existiu na sua opinião com ligeiras alterações, daquela que inicialmente existiu na via, e atendendo que a sinalização tem sido derrubada à medida que havia acidentes, deixando uma sugestão de arranjar verba, ou para um rail, ou melhorar as condições do piso, ou mesmo tirar as bandas sonoras, havendo uma série de intervenções que poderão a vir a ser estudadas em função dos custos, deixando só o alerta que a sinalização por si só não tem funcionado, e que provavelmente deve ser dos sítios no Concelho onde mais acidentes existe, havendo esse registo certamente, terminando assim a sua intervenção. -----

O Senhor Presidente da Câmara Municipal, no uso da palavra, deu conta que além daquela sinalização, e assim que tivessem um procedimento para a colocação de rails, é intenção do executivo colocar um, e que foi falado em reunião de câmara inclusive, sendo que a questão do piso também irá ser abordada numa próxima oportunidade, assim que se avance para a colocação de betuminoso, tentando perceber se existirá ali uma solução barata para a colocação de betuminoso específico. Deu conta que o bom senso para se cumprir a velocidade para não haver problemas, admitindo que é um ponto difícil que tem de se corrigir no Concelho, terminando assim a sua intervenção. -----

Colocado à votação a Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade e em minuta, ao abrigo da competência que lhe é conferida pela alínea g) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação, aprovar a colocação de sinal de trânsito, na Estrada António Teixeira Antunes, sito na freguesia de Ferreira do Zêzere. -----

c) Colocação de sinal de trânsito, na Estrada da Fontinha, no lugar de Chão da Serra, sito na freguesia de Ferreira do Zêzere; -----

Não houve intervenções. -----

Colocado à votação a Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade e em minuta, ao abrigo da competência que lhe é conferida pela alínea g) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação, aprovar a colocação de sinal de trânsito, na Estrada da Fontinha, no lugar de Chão da Serra, sito na freguesia de Ferreira do Zêzere. -----

d) Colocação de sinal de trânsito, na Travessa dos Sobreiros, no lugar de Pombeira, sito na freguesia de Ferreira do Zêzere; -----

O Senhor Deputado Municipal Filipe Figueiredo, no uso da palavra, mencionou que a aprovação em causa não foi de acordo com o pedido dos componentes da rua e que irá trazer eventualmente algumas questões de circulação, visitas, etc.,, sendo que na sua opinião não existe nenhum regulamento que fundamente a questão dos moradores a nível do Concelho, deixando à consideração do Senhor Presidente a situação mencionada, terminando assim o seu ponto de vista. -----

O Senhor Presidente da Câmara Municipal, no uso da palavra, referiu que o assunto em análise já veio à Assembleia Municipal, e que não se conseguindo resolver com aquilo que é solicitado pelos moradores, e o que é solicitado naquela zona é trânsito local, em que a sinalização será de proibição exceto trânsito local, e que em reunião de câmara também acharam que não era possível, ou era possível mas que não iria resultar, sugerindo que se colocasse a sinalização e tentar perceber se resolvia a situação ou não, dizendo que se não for essa a solução, não vê qual seja a melhor solução, pois em reunião de câmara também gerou alguma discussão em torno do assunto, para se encontrar uma solução melhor, não chegando a nenhuma conclusão

favorável. Solicitava assim que se aprovasse e se fizesse um ponto de situação dali a alguns meses, terminando assim o seu esclarecimento. -----

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal, no uso da palavra, sugeriu assim e no seguimento da informação do Senhor Presidente da Câmara, dizendo aos Deputados Municipais, se poderia avançar com a experiência de colocação da sinalização e verificar o resultado no final, colocando este ponto então à votação. -----

Colocado à votação a Assembleia Municipal deliberou, por maioria e em minuta com dezasseis votos a favor, quinze do Partido Socialista e um do PPD/PSD.CDS-PP, e cinco votos contra do partido PPD/PSD.CDS-PP, e zero abstenções, ao abrigo da competência que lhe é conferida pela alínea g) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação, aprovar a colocação de sinal de trânsito, na Travessa dos Sobreiros, no lugar de Pombeira, sito na freguesia de Ferreira do Zêzere. -----

e) Colocação de sinal de trânsito, no Entroncamento da Estrada da Comenda com a Travessa do Outeiro do Sobral, no lugar de Sobral, sito na freguesia de Igreja Nova do Sobral; -----

Não houve intervenções. -----

Colocado à votação a Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade e em minuta, ao abrigo da competência que lhe é conferida pela alínea g) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação, aprovar a colocação de sinal de trânsito, no Entroncamento da Estrada da Comenda com a Travessa do Outeiro do Sobral, no lugar de Sobral, sito na freguesia de Igreja Nova do Sobral. -----

f) Colocação de sinal de trânsito, na Rua Conceição Amor Duarte, com ligação à Estrada Ribeira da Lousã, na localidade de Mourolinho, sito na freguesia de Igreja Nova do Sobral; -----

Não houve intervenções. -----

Colocado à votação a Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade e em minuta, ao abrigo da competência que lhe é conferida pela alínea g) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação, aprovar a colocação de sinal de trânsito, na Rua Conceição Amor Duarte, com ligação à Estrada Ribeira da Lousã, na localidade de Mourolinho, sito na freguesia de Igreja Nova do Sobral. -----

g) Colocação de sinal de trânsito, na Rua Alfredo Keil, no local de Ferreira do Zêzere, sito na freguesia de Ferreira do Zêzere. -----

Não houve intervenções. -----

Colocado à votação a Assembleia Municipal deliberou, por maioria e em minuta, com dezasseis votos a favor, quinze do Partido Socialista e um do PPD/PSD.CDS-PP, zero votos contra e cinco abstenções do partido PPD/PSD.CDS-PP, ao abrigo da competência que lhe é conferida pela alínea g) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação, aprovar a colocação de sinal de trânsito, na Rua Alfredo Keil, no local de Ferreira do Zêzere, sito na freguesia de Ferreira do Zêzere. -----

6. Apreciação e votação da participação variável no IRS, para o ano de 2023 retificada, ao abrigo da competência que lhe é conferida pela alínea c) do n.º 1 do art.º 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação, conjugada com o n.º 1 do artigo 26.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, na sua atual redação. -----

Não houve intervenções. -----

Colocado à votação a Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade e em minuta, ao abrigo da competência que lhe é conferida pela alínea c) do n.º 1 do art.º 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação, conjugada com o n.º 1 do artigo 26.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, na sua atual redação, aprovar a participação variável no IRS, para o ano de 2023 retificada. -----

7. Apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal, a Aquisição de Parcela de Terreno, sito em Rua Maria Vasques, na freguesia de Ferreira do Zêzere, para integração/afetação da parcela ao domínio público municipal, nos termos da alínea q, do n.º 1, do artigo 25º da Lei 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação. -----

Não houve intervenções. -----

Colocado à votação a Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade e em minuta, nos termos da alínea q, do n.º 1, do artigo 25º da Lei 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação, aprovar a aquisição de Parcela de Terreno, sito em Rua Maria Vasques, na freguesia de Ferreira do Zêzere, para integração/afetação da parcela ao domínio público municipal. -----

No final da votação o Senhor Presidente da Câmara solicitou ao Senhor Presidente da Assembleia Municipal para dar algumas explicações relativas a este ponto. Assim, deu conta que houve um acordo verbal aquando da obra da requalificação daquela rua entre o Município e o proprietário do restaurante, daquele terreno para que depois ficasse com uma placa a dar conta que o estacionamento seria para o restaurante com um determinado horário. Explicou que depois de poucos meses de terem tomado posse, o proprietário veio falar com o Senhor Presidente da Câmara a informar de que pretendia resolver a situação, o que o apanhou de surpresa, uma vez

que o proprietário queria vender o terreno à Câmara Municipal, e que obtendo-se o valor do terreno, houve negociação, pelo que tiveram que o comprar. Já deram indicação para retirar a placa e aquele espaço passou a domínio público, sendo mais uma regularização, que neste caso não estava de acordo com a pretensão do proprietário, bem como por parte da Câmara Municipal, terminando assim a sua breve explicação. -----

8. Apreciação e votação das Grandes Opções do Plano e Orçamento para 2023, conforme alínea a) do n.º 1 do art.º 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação. -----

O Senhor Deputado Municipal Márcio Cabral, no uso da palavra, começou por agradecer e ressaltar a questão do Albergue de Peregrinos em Areias que vai arrancar brevemente e que já estava projetado há já algum tempo, e que neste momento estará por assinar o auto de consignação para que a obra se inicie, esperando que seja o mais breve possível. Continuou agora referente ao orçamento, dizendo que estando referenciado só para dois mil e vinte e cinco e que fazia parte do programa eleitoral, referindo-se ao alargamento da Ponte de Pias, dizendo que é fundamental para o trânsito naquele local, não tem havido muitos acidentes mas tem havido muitos sustos e praticamente todos os dias, sendo uma obra indispensável, preocupando-o essa obra estar só com dotação para dois mil e vinte e cinco, que é ano de véspera de eleições. Em relação ao asfaltamento de vias, referiu que no executivo anterior houve uma quantidade de lotes de vias para asfaltar e ficaram desertas, ficando num vazio, dizendo que existem algumas vias que eram fundamentais serem asfaltadas, referindo nomeadamente a Rua de São João em Avecasta, a estrada das Galegas em Areias, a Rua Vale de Veias que faz ligação entre a UFAP e a freguesia de Igreja Nova do Sobral, que são as que estão em piores

condições, carecendo urgentemente de reparação, sendo vias para uma intervenção urgente, solicitando que se conseguisse alguma dotação para esta situação, terminando assim a sua intervenção.-----

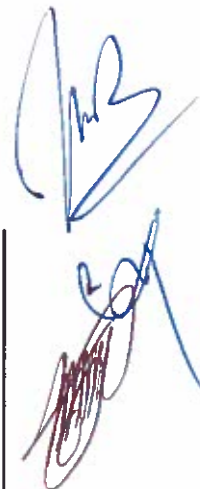
O Senhor Deputado Municipal José Manuel Duarte, no uso da palavra, começou por falar da sua experiência do orçamento em uma hora, pois teve uma hora a ver o documento, não tendo tempo para mais, dizendo que os serviços não entregaram os documentos, analisando só naquele momento quando chegou à Assembleia Municipal, naquela hora. Qualquer injustiça, qualquer barbaridade que possa eventualmente dizer naquele momento tem o valor que tem, não querendo de maneira alguma, fazer aquilo que vê, ser a sua verdade. Continuou e falando no orçamento referiu que houve algumas situações que o intrigaram naquele orçamento, explicando que pelo que viu, esperava que Senhor Presidente da Câmara tivesse um orçamento à sua imagem, nomeadamente virado para a cultura, para a juventude, para uma série de valores novos para um discurso novo que sempre pretendeu introduzir no Concelho, que sempre pretendeu mostrar e lutar com a diferença, efetuando coisas diferentes, estando à espera de um documento nesse sentido, mas que de todo não pareceu. Pretendia esclarecimento relativamente a oitocentos mil euros de receita acrescida para dois mil e vinte e três, perguntando se é possível. Relativo ao Festival da Juventude, cinema, eventos culturais, wakeboard, parece-lhe existir nessa realidade uma série de realidades de coisas abandonadas. Relativo ao associativismo, outras atividades no associativismo, questionando também sobre solidariedade social neste orçamento, se estará previsto a solidariedade social para as instituições, para as pessoas. Falando na cultura e na juventude questionou quais irão ser as grandes marcas deste orçamento nestas duas importantes vertentes. Continuou dizendo que o preocupou foi o desinvestimento nas freguesias que passou de dois

milhões de euros para metade. Em relação à despesa corrente verificou que vai aumentar quase dois milhões e meio de euros, sendo preocupante no seu ponto de vista e aumentar em quê, questionou. Relativo às praias fluviais foram todas prescindidas, e que era uma bandeira deste Concelho e quando se falava do Turismo. Referente aos assuntos colocados e esperando que não tenha lido mal em todos aqueles pontos solicitava esclarecimento, terminando assim a sua intervenção. -----

O Senhor Deputado Municipal, Carlos Ferreira Salgado, no uso da palavra, e querendo deixar algumas considerações, dizendo que o orçamento apresentado é totalmente diferente em relação ao do ano anterior. Referiu que a Câmara tomou posse em outubro de dois mil e vinte e um, foi muito difícil na altura fazer um orçamento “como deve ser”. O orçamento para dois mil e vinte três na sua opinião é muito mais realista, sendo possível que a oposição diga que a Câmara defere as grandes obras para os últimos dois anos do mandato. Disse que todas as obras e em qualquer Câmara podem-se fazer de três maneiras, ou com fundos próprios, ou com empréstimos bancários ou com fundos comunitários. Segundo tem sido referenciado e segundo sabe não tem havido projetos para Fundos Comunitários, dizendo que passado um ano a Câmara tem condições para a realização desses projetos com pessoal credenciado, achando que os quadros de pessoal estão corretos, derivando por essa via uma despesa acrescida com o Mapa de Pessoal. Disse que existem três ou quatro obras que são dignas de realce, falando no Albergue de Areias, mencionando que a Câmara neste orçamento não protegeu só Ferreira do Zêzere, referindo que tem tido uma lisura com os Senhores Presidentes de Junta de Freguesia muito difícil, pois são muito exigentes, pensando que tem levado a bom termo todas essas conversações. Acrescentou que foi Presidente de Junta durante oito anos, referindo que por mais que pedisse ao Senhor Presidente da Câmara para

fazer uma reunião ou reuniões com os Presidentes de Junta, esteve oito dias sem nenhuma informação, e que neste momento pensa que as obras estão a fazer-se, as vias municipais também, não só nas Juntas de Freguesias que tem como força partidária o Partido Socialista, mas também na União das Freguesias de Areias e Pias. Existe o empréstimo bancário a longo prazo que está referenciado no orçamento para fazer face a algumas despesas e algumas obras de realce, não esquecendo que uma obra que se vai fazer e no seguimento da visita da Senhora Ministra da Coesão Territorial, podendo ser enquadrada nos PRR – Plano de Recuperação e Resiliência, falando no edifício da Escola EB 2,3/S Pedro Ferreiro, não sendo uma obra só para Ferreira do Zêzere, mas também para o concelho na totalidade, terminando assim a sua intervenção. -----

O Senhor Presidente da Câmara Municipal, no uso da palavra, começou por ressaltar aquilo que foi dito pelos Vereadores da oposição dizendo que estavam perante um orçamento mais claro, congratulando-se por isso, afirmando que cada vez será mais claro, fruto do aumento do conhecimento, do trabalho no terreno que vão tendo e também dos técnicos da Câmara, que todos os valores são gastos com que cada atividade e que cada atividade de maior relevo seja colocada com o devido valor. Deu conta que o orçamento apresentado é ambicioso, mas que tem de ser pragmático e realista, mudando um pouco o paradigma, no sentido em que o orçamento foi preparado não com documentos assinados relativamente a financiamento comunitário, mas que pouco falta para que essa situação aconteça. Disse que quando se diz que o orçamento está muito dependente de fundos comunitários, quer referir que esses fundos comunitários estão quase certos para que a obra aconteça, sendo para si muito relevante, não tendo outra maneira de estar, que é de poder fazer o máximo que puderem, ter ambição e trabalhar todos os dias, para



que se faça obras que sejam estruturantes. Esclarecendo o Senhor Deputado Municipal Márcio Cabral, e referente ao Albergue, informou de que só falta o Auto de Consignação, sendo uma infraestrutura muito necessária à qual deram continuidade e que vai arrancar rapidamente e que vem ajudar muito a que os peregrinos tenham melhores condições, acreditando que o Centro de Areias ganhe com essa obra. Relativo à Ponte de Pias não queria deixar para dois mil e vinte e cinco esta obra, pois era sinal de que não tinham dinheiro para a fazer. Há vontade efetiva de a fazer, mas devido a tantas obras que são estruturantes, dizendo que esta não é prioritária, mas tendo essa vontade, se correrem bem as coisas com os fundos comunitários em dois mil e vinte e três seria bom sinal. Referiu que a incubadora de serviços no edifício da antiga escola de Pias onde estudou, essa sim é prioritária, e que vão arrancar rapidamente, estando já em conversações com algumas empresas para elaborar o projeto de execução. Têm tido procura, mas felizmente para outros concelhos, têm que mudar essas empresas para outras incubadoras, referindo que tem uma técnica com muita experiência nessa área, e querendo que essa obra avance rapidamente uma vez que tem muita procura. Para o Senhor Presidente da Câmara essa incubadora fará a diferença nesta altura sendo por isso uma obra prioritária, o que obriga por vezes a ter de adiar algumas obras. Relativamente ao asfaltamento de vias segundo o Senhor Presidente da Câmara existem duas situações que fez com que não colocassem verba, sendo uma delas a transição de saldo, que irão transitar pelas contas, estando a falar de um montante entre dois milhões, trezentos mil euros e dois milhões, quinhentos mil euros, sendo alguns ou a maior parte alocado às obras. Têm esperança em overbooking de receber mais quatrocentos mil euros de uma obra de requalificação que está concluída, estando já aprovado, esperando só que o dinheiro chegue. De todos os pedidos que estão feitos com esses quatrocentos



mil euros, além do dinheiro do Município o que irá permitir efetuar um conjunto de asfaltamentos que são prioritários, embora o betuminoso esteja com um preço difícil e muito alto, dando conta que em fevereiro farão essa discussão com todas as juntas de freguesia, não podendo adiar mais. Por força da meteorologia que se tem sentido, tem-se tido um conjunto de intervenções que tem de se fazer com uma rapidez maior do que se pensava e outra com uma profundidade maior, dizendo que tem de ser obras maiores para não se ter problemas. Alguns estão identificados outros não, e que agora surgem com uma dimensão maior. Referiu que algumas dessas intervenções exigem um estudo hidrológico, que obriga a um procedimento de uma contratação de uma empresa especializada nessa área com o devido pedido à APA – Agência Portuguesa do Ambiente. Para o Senhor Presidente da Câmara existem três ou quatro pontos urgentes que estão identificados e foram identificados na última semana querendo aproveitar para dar os parabéns, agradecendo todo o trabalho que a Proteção Civil, os técnicos do Município e as Juntas de Freguesia tiveram ao longo destes dias. O Senhor Presidente da Câmara teve o cuidado de fazer uma ronda pelo Concelho mais à noite dizendo que por mais que digam que não houve rapidez na resolução de alguns problemas, ficou sereno, porque considera que se fez um trabalho meritório, com uma grande articulação entre as Juntas de Freguesia e a Proteção Civil e os trabalhadores do Município o que permitiu chegar ao final das duas noites mais difíceis, mas com um conjunto de situações resolvidas no final. Esclarecendo ao Senhor Deputado Municipal José Manuel Gomes Duarte, e relativo à documentação referiu que a informação que tem é que foi enviada na terça-feira, não sabendo qual foi o problema, dizendo que poderia ter solicitado algum colega para reencaminhar o email ou ligar ao Senhor Presidente da Câmara a explicar a situação, pedindo se voltar a acontecer, que lhe chegue essa informação. Continuou



21	036
Livro	Folhas

dizendo que tem cada vez mais conhecimento, cada vez mais o trabalho dá mais resultados, sente-se cada vez mais feliz a desempenhar as suas funções, tendo dentro de si uma força muito grande. Não consegue de todo perceber a intervenção do Senhor Deputado quando têm um conjunto de obras que são estruturantes para o Concelho, dizendo que se for embora daqui a três anos, não querendo, mas que gostava de continuar caso assim as pessoas entendam que é a melhor solução, querendo sair da Câmara Municipal com o início de uma escola nova que vai custar sete milhões de euros, um pavilhão novo, quer sair com uma obra quase finalizada de mais dois milhões de euros, com um milhão e quinhentos mil euros em habitação social, referindo que quando se fala em nove milhões de euros e que até serão mais, devido a que além do projeto de habitação social querem ter rendas controladas, sendo um projeto real e que já existe um procedimento com a empresa já elaborado, sendo apresentado no início de dois mil e vinte e três, não percebendo como coloca em causa, não estando na juventude, na cultura, quando tem um Albergue pronto a funcionar, uma requalificação da Torres de Dornes, têm a colocação dos cabos no subsolo e que são vários milhões de euros. Disse que já foi acusado de fazer muita atividade, tendo o cuidado de informar que parte dessa atividade resultou de um projeto de setenta e cinco mil euros que tiveram que cumprir, deram continuidade a alguns projetos, não percebendo mais uma vez a intervenção do Senhor Deputado Municipal. Relativo ao Festival de Juventude informou que irão ter durante o ano de dois mil e vinte e três o Mundial de Wakeboard, querendo todo o empenho e a verba a esse evento para paralelamente terem um conjunto de atividades mais virada para os jovens. Afirmou que gostaria de ter um Festival da Juventude com uma grande dimensão, mas ainda não encontraram o parceiro certo, não querendo deixar de fazer os eventos que correram bem. Relativo à solidariedade social, e no seguimento da

última ou penúltima reunião de câmara foi aprovado cem mil euros, para distribuir pelas IPSS's, não sendo de todo a verba que pretendiam mas é a verba possível, dizendo que todos sabem que vão surgindo sempre pedidos com a relação que existe entre as IPSS's e Câmara Municipal, existindo uma série de apoios feitos diariamente, e com uma proximidade muito grande, tendo noção da realidade das dificuldades das IPSS's. Em relação às Juntas de Freguesia não sabe onde foi buscar os dois milhões de euros do ano passado. Lembrou que não têm contratos internos administrativos e não têm delegação de competências feitas até ao momento e que no primeiro semestre irão ter que trabalhar nessa área, sendo um compromisso já assumido aquando das eleições, dizendo que na última reunião com as juntas de freguesia explicou isso mesmo com o restante executivo, afirmando que o objetivo em dois mil e vinte e três será de alocar uma verba grande para que as Juntas de Freguesia possam assumir um conjunto de responsabilidades, que com certeza farão de forma mais célere e eventualmente melhor. No assunto das despesas correntes, referiu que há duas questões difíceis para todos os Municípios de Portugal, uma delas a atualização de custos com o pessoal e outra delas a energia. Informou que até à data gastava-se quatrocentos mil euros com energia elétrica, sendo que nesta altura irão passar para pelo menos um milhão de euros. Disse que por mais procedimentos que tentem fazer para que os custos sejam baixos, é necessária energia elétrica, sendo um aumento muito grande. Em relação aos custos de pessoal, não põe em causa a questão da justiça, dizendo que todos precisam da devida atualização salarial, medida esta do governo, dizendo que no caso da Câmara Municipal de Tomar têm um aumento de quatro milhões de euros para o ano de dois mil e vinte e três, que são números que impressionam, referindo que para a Câmara Municipal de Ferreira do Zêzere, prestar um serviço de qualidade e neste momento com a

21	037
Livro	Folhas

finalização da revisão do Plano Diretor Municipal que vem para discussão pública em janeiro, com o conjunto de obras que vão arrancar, necessitam de ter mais técnicos, ter mais capacitação dos técnicos para se poder também com as responsabilidades e poder dar resposta à procura que irá acontecer, referente nomeadamente aos licenciamentos. E quando se fala nas obras municipais estão a falar de muito trabalho burocrático desde fiscalização, acompanhamento de obra, procedimentos, que está devidamente explicado no mapa de pessoal. Em relação às praias fluviais não entende a questão levantada pelo Senhor Deputado Municipal José Manuel Duarte, dizendo que não basta querer fazer, sendo necessário pedir para que sejam licenciadas, dizendo que está em revisão o novo plano de ordenamento da barragem de Castelo do Bode, e que aguardam que seja finalizado, pois pretendem um conjunto de situações, nomeadamente a praia fluvial de Dornes, a praia fluvial da Bairrada/Bairradinha que está licenciada como zona de banhos, mas que ainda é necessário a devida aprovação do projeto e que irá ser apresentado brevemente, alguns centros de recreio que irão criar também, não podendo fazer mais praias fluviais enquanto o plano de ordenamento da barragem de Castelo do Bode, não estiver finalizado. Deu conta que só com a escola e com a habitação social são trezentos mil euros mais IVA, que se vai gastar em projetos de execução, dizendo que ou se faz rapidamente ou não se tem acesso aos fundos comunitários, sendo uma questão de prioridade, e o dinheiro não chega para tudo. Com as praias fluviais e centros de recreio também terá de ser da mesma forma. Relativo ao tema da Juventude, referiu que existe um centro de BTT e Trail que vinham do mandato anterior e bem, e que ainda não se conseguiu executar na totalidade, mas que será executado em dois mil e vinte e três. Disse que tem tanto para fazer na área da Juventude e internamente, daí o aumento de mais alguns técnicos nas áreas da

juventude e desporto, fazendo um refresh criando uma dinâmica maior em torno daquele setor, e que está bem explicado no mapa de pessoal, estando de que se fará uma alavancagem nesse tipo de atividades. No seu ponto de vista as coisas estão a correr bem, estando satisfeito por isso, dizendo que o trabalho que não se vê está a correr bem e chegar ao orçamento em análise, e verificar que os projetos mencionados são tão estruturantes para o futuro de Ferreira do Zêzere, deixando-o sereno e satisfeito para o resto do mandato. Referiu que tem um início de mandato a correr bem, não sendo de todo normal, e atravessando uma altura importante referente a fundos comunitários, estando a fazer o trabalho que compete e também fruto dos técnicos da Câmara Municipal nessa área específica, deixando uma palavra de agradecimento a todos eles sem exceção, que tem ajudado bastante e têm procurado responder aos pedidos do executivo municipal que são solicitados esperando que o ano de dois mil e vinte e três será de muita estabilidade a esse nível, terminando assim a sua intervenção aos pedidos de esclarecimentos, passando seguidamente a palavra ao Vice-Presidente, Dr. Orlando Patrício para esclarecer a questão da previsão da receita. -----

O Vice-Presidente, Dr. Orlando Patrício, no uso da palavra, começou por esclarecer que a receita está devidamente quantificada, quer nas transferências que estão definidas em orçamento de estado e de acordo com a regra da média dos últimos dois anos, sendo feita com todos os critérios, e o valor devidamente apurado. Deu conta de que existem alguns valores que não será possível colocar no orçamento, devido a não estarem ainda aprovados a nível de financiamento, como o PRA, seja do 2030, mas que serão colocados assim que vierem, e que se fará as devidas revisões, informando também que são valores de transferência de competências, nomeadamente do Ministério da Educação que estão a chegar, relativo às despesas

com o agrupamento de escolas, que prevê para o ano de dois mil e vinte e três, seja de trezentos e vinte mil euros só para despesas de pessoal, que acresce aos custos de pessoal do Município de Ferreira do Zêzere. Referiu também que ainda não está contemplado neste orçamento valores da transferência de competências relativo à saúde, terminando assim a sua intervenção. -----

Colocado à votação a Assembleia Municipal deliberou, por maioria e em minuta, com dezasseis votos a favor, quinze do Partido Socialista e um do PPD/PSD.CDS-PP, zero votos contra e cinco abstenções do partido PPD/PSD.CDS-PP, conforme alínea a) do n.º 1 do art.º 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação, aprovar as Grandes Opções do Plano e Orçamento para 2023. -----

9. Apreciação e votação do Mapa de Pessoal e respetiva caracterização dos postos de trabalho e competências para o ano de 2023, conforme alínea o) do n.º 1 do art.º 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação. -----

A Senhora Deputada Municipal Sara Maria Cardoso Palhim Diogo Ferreira, no uso da palavra, questionou que com uma alteração tão grande nos valores referentes ao quadro de pessoal da autarquia se é ainda em dois mil e vinte e dois, se vai deixar no agrupamento de escolas novos funcionários e assistentes operacionais, e sendo o seu compromisso com a educação, não podendo deixar de falar neste ponto, esperando que o Senhor Presidente da Câmara não diga que o número de funcionários está de acordo com os rácios oficiais, sabendo que sim, pois é essa a resposta que o Ministério da Educação ao longo dos anos foi dando e enviando para não colocar novos funcionários, o agrupamento da escola acha que com a municipalização as questões poderiam ser tratadas a nível local, analisando a realidade de cada uma das escolas, as necessidades reais de cada escola e o ensino de qualidade que se pretende fazer no Concelho de Ferreira do Zêzere. Disse que ficou um pouco triste ou

surpreendida, aqui com um misto de emoções, quando soube através do Facebook do Município que a Senhora Ministra da Coesão Territorial viria visitar o Concelho, querendo visitar a escola, e que afinal não aconteceu essa visita pois passou o dia inteiro na escola verificando que não apareceu, estranhando, pois sendo a construção da nova escola uma obra importante que se tem falado na Assembleia Municipal, não apareceu na escola, terminando assim a sua intervenção. -----

O Senhor Presidente da Câmara Municipal, no uso da palavra, começou por informar que a informação dada pela Chefe de Gabinete de Gestão de Recursos Humanos é muito clara, dizendo que quer muito em dois mil e vinte e três conseguir estabilizar os Recursos Humanos, embora os procedimentos sejam sempre demorados e os próprios Recursos Humanos tenham as suas vicissitudes, podendo não correr como planeado. Como já tinha referido anteriormente, disse que estão na Câmara Municipal para fazer o seu melhor para conseguir com que todos os setores trabalhem da melhor forma e por mais dificuldades que tenham a nível do orçamento. Referiu que aceitaram um conjunto de pedidos relativo às quatro divisões de forma que os respetivos chefes de divisão tivessem os recursos necessários e os mesmos valorizados. Esclarecendo a Senhora Deputada Municipal, percebe perfeitamente que o setor da educação e a escola em si tenham essa vontade, mas o Senhor Presidente da Câmara Municipal também tem essa vontade de alocar mais funcionários à escola, mas que depois esbarra-se com o orçamento na questão dos procedimentos, dizendo que estão a trabalhar nessa situação para precaver um conjunto de situações, dando o exemplo de que perdeu um técnico de turismo para ir para a escola, salvaguardar uma funcionária que saiu e que tiveram de fechar o posto de turismo alguns dias, sendo o Presidente da Câmara criticado nessa altura por essa situação, tentando explicar a parte do lado da Câmara Municipal. O Senhor

21	039
Livro	Folhas

Presidente da Câmara Municipal, referiu que tanto na escola como na Câmara Municipal, ainda não têm o conhecimento absoluto das necessidades que são necessárias, havendo um conjunto de pessoas que estão a ganhar capacitação, e experiência inclusivamente na escola, bem como também nos setores da Câmara Municipal. Deu conta de que tem de haver ainda alguma estabilização do quadro de pessoal para se consiga chegar às especificidades que a Senhora Deputada Municipal mencionou. Diz que não concorda com a Senhora Deputada Municipal ao referir que não têm uma relação muito próxima com a comunidade escolar, pois essa relação próxima permite ter uma sensibilidade e um conhecimento muito grande. O executivo está atento, reconhecendo que têm uma boa relação com a escola, dizendo que a Vereadora Dr.ª Elisabete Ferreira, que detém o pelouro da Educação, e que tem feito um trabalho meritório nessa área, pedindo assim um pouco mais de tempo para poderem estabilizar. Em relação à visita da Senhora Ministra da Coesão Territorial deu conta de que nessa visita pode ter tido um problema de português na especificação do seu plano, pois de facto passaram na escola, mas não tinham de todo tempo para efetuar uma visita “in loco” a todos os sítios, pelo que passaram na escola relativamente devagar no Autocarro do Município, só para poderem ver como o edifício se encontrava, não sendo uma visita preparada para ir ao interior. Deu conta de que como foi comunicado possa ter induzido em erro. Ficou muito agradado com essa visita, pois foi mais uma confirmação de que aquele investimento tem tudo para acontecer, assim o executivo possa cumprir com os prazos no final de março de dois mil e vinte e três e terem o projeto de execução devidamente elaborado com as devidas aceitações aos pareceres das respetivas entidades, terminando assim a seu esclarecimento. -----

Colocado à votação a Assembleia Municipal deliberou, por maioria e em minuta, com quinze votos a favor do Partido Socialista, zero votos contra e seis abstenções do partido PPD/PSD.CDS-PP, conforme alínea o) do n.º 1 do art.º 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação, aprovar o Mapa de Pessoal e respetiva caracterização dos postos de trabalho e competências para o ano de 2023. ---

10. Apreciação e votação da proposta de redução das Taxas para reconstrução/reabilitação, alteração e ampliação de edifícios habitacionais ou não, que se encontrem em ruínas ou degradados e sem condições de utilização, relativo à Tabela de Taxas Municipais de 2023, nos termos do n.º 2, do art.º 16 da Lei n.º 73/2013, de 03/09, na sua atual redação e da alínea b), n.º 1 do art.º 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12/09, na sua atual redação. -----

O Senhor Deputado Municipal, Filipe Figueiredo, no uso da palavra, começou por referir o ponto que menciona a proposta de redução das Taxas, e visualizando a Tabela de Taxas de 2022 que está patente no site do Município, e que diz o seguinte e passo a citar: *“Redução de 50% das taxas para reconstrução/reabilitação de moradias unifamiliares sob o preço da Tabela de Taxas Municipais e redução de 25% das taxas para construção de novas moradias unifamiliares...”*, questionando como este ponto fala numa redução, se os vinte e cinco pontos percentuais é para acrescentar aos atuais cinquenta por cento, dizendo se assim for não é uma redução mas sim um aumento, ao que o Senhor Vice-Presidente Dr. Orlando Patrício interveio, dizendo que as reduções que o Senhor Deputado Municipal tinha mencionado era só referente para dois mil e vinte e dois e que a redução apresentada neste ponto é que ficava a vigorar em dois mil e vinte e três, terminando assim a sua intervenção. O Senhor Deputado Municipal continuou e questionou a questão da redução na ordem dos vinte e cinco por cento, ou redução em vinte e cinco por

cento, ao que o Senhor Vice-Presidente Dr. Orlando Patrício interveio, dizendo que o que foi aprovado em reunião foi a redução em vinte e cinco por cento, mas deveria ter sido alterada na deliberação o texto, o que não aconteceu, ficando o Senhor Deputado Municipal esclarecido. Para terminar a sua intervenção o Senhor Deputado Municipal solicitou que enviassem para os Deputados Municipais qual o impacto desta medida face ao ano anterior, e no seguimento daquilo que se ouviu na aprovação do orçamento, qual seria o impacto desta medida em concreto se ela for aprovada, sendo que os ferreirense irão pagar mais em relação ao ano anterior, não sabendo se é grande ou pequena e na sua leitura para ruínas e situações idênticas, principalmente da parte de habitação, compreendendo e aceita outras para além de armazéns, etc., para o desenvolvimento do tecido empresarial existe efetivamente uma redução, mas que na sua opinião deveria ser expressiva e que não deveria incluir piscinas e muros como é o caso, não fazendo muito sentido. Referiu que gostava sim de ver um aumento na situação de ruínas, pois está-se efetivamente a melhorar não deixando abandonados os edifícios, e num ano que provavelmente irá ser muito difícil por aquilo que o governo vai dizendo, e depois vê-se nesta situação o contrário, não conseguindo entender o enquadramento da medida, face aos meios que estão disponíveis no Município, face ao orçamento que não foi utilizado, achando que o Senhor Vereador e Vice-Presidente irá trazer para a próxima Assembleia uma alteração a esta situação, e que vai considerar, terminando assim a sua intervenção. -----

O Senhor Presidente da Câmara Municipal, no uso da palavra, e em relação a licenciamento e à legalização de infraestruturas de casas, houve uma mudança de paradigma, dizendo que já emitiu umas duzentas certidões de pedidos de isenção de licença de utilização, que quer dizer que foram duzentos negócios que se fez,

duzentas casas que vão ter projetos, e em relação ao ponto em causa foi uma alteração feita pelo executivo que implica uma dinâmica diferente no ano de dois mil e vinte e dois e para os anos vindouros. Referiu que é perfeitamente compreensível que irão ter mais trabalho, em que tem de dar mais resposta, não podendo haver só redução de taxas, mas sim prestar serviço de qualidade. Mencionou que se olharem para os Concelhos vizinhos em relação às taxas na área de habitação o Concelho de Ferreira do Zêzere, está muito abaixo, e que qualquer pessoa que fale com algum técnico ninguém coloca em causa se houver um aumento de taxas. O Senhor Presidente da Câmara disse que tem pessoas que dizem que é preferível prestar um serviço de qualidade e de mais celeridade, e aumentem taxas do que outra situação qualquer. Diz que não faz sentido absolutamente nenhum a reduzir taxas de oitocentos euros de obras num total de quinhentos mil euros, e até um milhão de euros, referindo que quem tem um milhão de euros para fazer uma casa não tem necessidade nenhuma de ter uma redução de taxas, fazendo sentido sim, isentar até determinada idade podendo falar nos trinta e cinco, quarenta anos, mas que neste momento está nos trinta anos, dando conta que irão alargar na próxima revisão do regulamento de taxas para trinta e cinco ou quarenta anos, assim como na creche a situação do IRS, irão balizar os apoios às famílias. Mencionou também que irão ter um conjunto de apoios no âmbito no perímetro da Vila para a Requalificação, para as obras, estando a trabalhar nesse Regulamento que não existia apoio, para que no âmbito da ORU, que visa a reabilitação urbana de uma determinada área para também aí nessa situação apoiar. Querem muito fazer um trabalho, não sabendo se o conseguem fazê-lo ainda em dois mil e vinte e três, dizendo que é pegar nas casas em ruínas e abandonadas e aumentar o IMI, a exemplo da maior parte dos Concelhos, querendo muito que essas casas sejam requalificadas, fazendo assim esse

21	041
Livro	Folhas

trabalho. Deu conta que para o ano de dois mil e vinte e três irão ter a Revisão do Plano Diretor Municipal e que irá ser extremamente difícil para os serviços, pois serão trinta dias em discussão pública, reunião em todas as Juntas de Freguesia, aceitação de todos os pedidos de informação, resposta a tempo útil a todos os pedidos, tendo de sofrer resposta até à abertura da discussão pública, podendo criar uma situação menos cómoda. Voltando à redução de taxas julga ser um valor equilibrado atendendo às situações que mencionou, achando que não será de todo fácil fazer o cálculo do impacto, pelo que só irão ter a perceção real da medida em concreto em dois mil e vinte e quatro, ou dois mil e vinte e cinco que é quando o PDM no que toca à informação, junto das pessoas, projetos, etc., estiver estabilizado. No seu ponto de vista a Câmara Municipal, fez durante o ano de dois mil e vinte e dois um trabalho de excelência relativo às legalizações e aos licenciamentos, terminando assim a sua intervenção. -----

Colocado à votação a Assembleia Municipal deliberou, por maioria e em minuta, com quinze votos a favor do Partido Socialista, seis votos contra do partido PPD/PSD.CDS-PP e zero abstenções, nos termos do n.º 2, do art.º 16 da Lei n.º 73/2013, de 03/09, na sua atual redação e da alínea b), n.º 1 do art.º 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12/09, na sua atual redação, aprovar a redução das Taxas para reconstrução/reabilitação, alteração e ampliação de edificios habitacionais ou não, que se encontrem em ruínas ou degradados e sem condições de utilização, relativo à Tabela de Taxas Municipais de 2023. -----

11. Apreciação e votação do compromisso plurianual - Plano Financeiro Plurianual da Delegação de Competências na CIMT de Transporte Público - Novo Contrato Interadministrativo, constante na tabela do ponto 3 do email da

CIMT, efetuados ao abrigo da autorização da Assembleia Municipal de 4 de dezembro de 2021, conforme n.º 1 do artº 6.º da Lei 8/2012, de 21 de fevereiro. -

Não houve intervenções. -----

Colocado à votação a Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade e em minuta, efetuado ao abrigo da autorização da Assembleia Municipal de 4 de dezembro de 2021, conforme n.º 1 do artº 6.º da Lei 8/2012, de 21 de fevereiro, aprovar o compromisso plurianual - Plano Financeiro Plurianual da Delegação de Competências na CIMT de Transporte Público - Novo Contrato Interadministrativo, constante na tabela do ponto 3 do email da CIMT. -----

12. Apreciação dos compromissos plurianuais (quadro 1) efetuados ao abrigo da autorização da Assembleia Municipal de 4 de dezembro de 2021, conforme n.º 1 do artº 6.º da Lei 8/2012, de 21 de fevereiro. -----

Não houve intervenções. -----

Tomaram conhecimento. -----

13. Informação da Deliberação da Assembleia da União das Freguesias de Areias e Pias sobre a "Extinção de freguesia e criação de novas freguesias", nos termos do artigo 12º, ao abrigo da Lei nº 39/2021, de 24 de junho. -----

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal, no uso da palavra, começou por informar que este ponto foi introduzido na Ordem de Trabalhos por decisão pessoal, por achar que era imprescindível naquela fase do processo, que houvesse uma reflexão sobre a verdade dos factos e que se processasse a um exame de tudo o que se tinha passado anteriormente, antes de poder deliberar qualquer situação, informando os presentes que naquela sessão de dezassete de dezembro de dois mil e vinte e dois, não estavam ali para deliberar nada, mas sim para passar informações acerca do ponto em questão, informações essas que têm de recuar no tempo, estando

em causa uma decisão de dois mil e doze, começando por apresentar dois diapositivos que estão incluídos neste assunto, fazendo posteriormente os comentários relativos à situação do processo de modo a ficar tudo esclarecido. Começou então a passar nos diapositivos o processo de dois mil e doze, onde se inicia com a justificação da escolha das freguesias de Pias e Paio Mendes, e uma vez que o Concelho de Ferreira do Zêzere de acordo com a Lei nº 22/2012, foi classificado como um Município de nível três implicando a redução de nove para sete freguesias, ou seja, vinte e cinco por cento do número de freguesias atualmente existentes, não podendo simultaneamente, existir freguesias com menos de quinhentos habitantes, e que de acordo com a unidade técnica que estudou este assunto informou a Câmara Municipal e em que a Câmara Municipal reconhece que as freguesias de Paio Mendes e Pias não reúnem o requisito legal constante do ponto iii) da alínea c) do artigo 8º da citada Lei nº 22/2012, de 30 de maio, uma vez que cada uma delas tem menos de 500 habitantes. Mencionou que o território da freguesia de Pias, de acordo com o mapa a ser visualizado a seguir, seja agregado às freguesias de: Águas Belas, Areias e Igreja Nova do Sobral numa determinada zona. Seguidamente apresentou uma certidão emitida pela Assembleia Municipal que votou uma proposta acerca da questão, e que a maioria dos deputados municipais daquela altura aprovou e seguiu os trâmites normais do processo indicando assim a ida do mesmo para a Assembleia da República. Apresentou outro diapositivo em que demonstrou a aprovação da proposta da Câmara Municipal de reorganização administrativa do território das Freguesias, com a alteração da denominação das freguesias de Areias e Pias, para “União das Freguesias de Areias e Pias”, ao abrigo do disposto no nº 5 do artigo 11º da Lei nº 22/2012, de 30 de maio, sendo esta situação o resultado do processo e da forma como ele foi orientado. Foi apresentado

o mapa onde se pode ver as três áreas em que foi desagregada territorialmente a freguesia de Pias. A freguesia de Pias foi desagregada numa parcela que tinha 138,04ha correspondente a 13,8% da sua componente territorial, com 10 habitantes correspondente a 2,2% e que se incluiu na Igreja Nova do Sobral, numa outra parcela tinha 318,69ha correspondente a 31,9% da sua componente territorial, com 104 habitantes correspondente a 22,8% e que se incluiu em Águas Belas, e em outra parcela que tinha 542,97ha correspondente a 54,3% da sua componente territorial com 342 habitantes correspondente a 75% e que se inclui em Pias e Areias. Passando a outro diapositivo apresentou um documento emitido pela Assembleia Municipal de Pias dizendo que foi deliberado por maioria a divisão da Freguesia com uma abstenção e um voto contra, passando todos os trâmites legais. Terminada a apresentação por diapositivos, apresentou de seguida um vídeo que refere a distribuição da freguesia, bem como também uma reunião existente na Assembleia em Pias em que na altura o Senhor Presidente da Câmara Dr. Jacinto Manuel Lopes Cristas Flores foi explicar a forma como tinha seguido ou como iria seguir a proposta para Lisboa e a justificação do porquê da proposta ser feita daquela forma, num vídeo que durou cerca de seis minutos. Após a passagem do vídeo o Senhor Presidente da Assembleia Municipal e resumindo o que tinha acabado de passar e visualizado pelos presentes, disse que aquilo que tem de ficar claro era o seguinte: a Junta de Freguesia de Pias pronunciou-se de acordo com aquela apresentação, todos os parâmetros da Lei foram cumpridos, bem como todos os seus passos e que todos tem de ter uma noção, é que estavam em dois mil e doze, dizendo que em dois mil e doze ninguém previa que em dois mil e vinte e dois pudesse acontecer o que está a acontecer, falando na desagregação das freguesias. Aquilo que tem que se dizer para tranquilizar as pessoas de forma a que não haja informações incorretas é que todos

Asssembleia de Freguesia de Igreja Nova do Sobral, a informação que foi prostrada pelos subscritores do plano de desagregação de Pias, sendo que nessa situação a Assembleia absteve-se por unanimidade, não votando nem contra nem a favor, significando que o processo na Igreja Nova do Sobral está parado. No entanto continuou e leu um Parecer que o Senhor Presidente da Assembleia Municipal solicitou à ANAM – Associação Nacional das Assembleias Municipais, lembrando que a Assembleia Municipal de Ferreira do Zêzere é membro da ANAM, tendo apoio do gabinete jurídico daquela entidade, que passou a ler na íntegra: *“Relativamente à situação da União de Freguesias de Areias e Pias, a questão é mais complexa e vai muito para além de uma simples desagregação, na medida em que, como informa o presidente da Assembleia Municipal de Ferreira do Zêzere, esta foi constituída em 2013, no âmbito da última reforma administrativa, no entanto com a particularidade da freguesia de Pias ter perdido parte do seu território original para a constituição de duas novas freguesias: Águas Belas e Igreja Nova do Sobral. Isto é, como muito bem diz, o presidente da AM, em 2013, houve uma agregação administrativa – a união de uma parte da freguesia de Areias com a freguesia de Pias – mas também uma desagregação territorial – a parte sobranste da freguesia de Pias que, pela sua divisão, permitiu criar duas novas freguesias. Na verdade, estamos perante uma situação de exceção, quer quanto a uma eventual desagregação, pelo procedimento especial, simplificado e transitório, definido pelo artigo 25º da Lei nº 39/2021, de 24 de junho, quer quanto à regra geral da própria lei. Todo o município de Ferreira do Zêzere está identificado como território do interior – cfr. Portaria nº 208/2017, de 13 de julho – pelo que, de acordo com a previsão do artigo 7º, nº 1, alínea b), as novas freguesias, como Pias, que pretende dessegregar, têm de ter um mínimo de apenas 250 eleitores. A atual*

os processos constantes da Lei foram seguidos, todos os trâmites foram seguidos e tudo aquilo que resultou daí foi aprovado, verificado de acordo com os itens da Lei, ressalvando que as imagens visualizadas são de dois mil e doze e que ninguém previa que iria acontecer algo diferente, e que se defendeu aquilo que era melhor e dentro da Lei. Depois do esclarecimento tomado existe um documento em que os Senhores Deputados Municipais tiveram acesso ao mesmo, em que houve um grupo de subscritores que pediu uma desagregação administrativa entre Pias e Areias, desagregação essa que foi aprovada em Assembleia de Junta de Freguesia da União das Freguesias de Areias e Pias, e que está em documentação de acordo com esse ponto já deliberado. Continuou dizendo que esse é o problema que têm entre mãos, sendo por isso sua responsabilidade de chamar a atenção para que todos e para que tenham de avançar com aquela situação para a Assembleia Municipal se poder pronunciar, o processo que vier para ser analisado tem de ser um processo sem falhas, digno, mas sem falhas, dizendo que uma das coisas que tem de ficar clara neste processo é que têm dois problemas em cima da mesa, um é a agregação administrativa o outro é a desagregação territorial, que são duas situações completamente diferentes. Disse que há uma agregação administrativa que seria fácil de resolver no acordo com a Lei nº 39/2021, de 24 de junho, que era a desagregação pura e simplesmente administrativa, dando conta que foi o que aconteceu em uma união das freguesias do Concelho de Tomar, mas no Concelho de Ferreira do Zêzere têm um problema adicional que é uma desagregação territorial e que perante esse problema adicional da desagregação territorial e lembrando que o seu papel como Presidente da Assembleia Municipal, é vir para uma situação desta natureza perfeitamente esclarecido e capaz de esclarecer, acrescentou que recebeu hoje um parecer da Junta de Freguesia da Igreja Nova do Sobral em que foi discutido na

freguesia de Pias, que é a mais pequena da União das Freguesias de Areias e Pias, (censos de 2011, não estando atualizados com os censos de 2021) tem 456 eleitores e um território de 5,43 km², área de que se presume cumprir com o requisito territorial, uma vez que o condicionalismo inscrito na alínea b), do n.º 2, do mesmo artigo – a área não pode ser inferior a 2% da área do município – só se aplica às freguesias urbanas, o que não é caso. Assim a resposta à pergunta formulada no final do pedido de parecer acaba de ser dada com esta conclusão. Efetivamente, sendo de todo impossível, como seria óbvio, Pias regressar ao seu território original – as assembleias de freguesia das duas novas freguesias de Águas Belas e Igreja Nova do Sobral, entretanto criadas, opor-se-iam sempre à sua própria extinção – poder-se-á iniciar o processo de criação da freguesia de Areias e da freguesia de Pias, pela desagregação da atual União das Freguesias e respeitando o modelo de criação de freguesias estipulado no artigo 3.º, n.º 1, alínea b). Para o caso não concorrer, nem deve ser tida em consideração a continuidade territorial, a que alude o artigo 7.º, n.º 2, alínea b). E parece que os órgãos com legitimidade para decidir já iniciaram o procedimento. Diz o presidente da Assembleia Municipal que os promotores do retorno à freguesia de Pias já viram acolhida a sua pretensão, através com uma deliberação da Assembleia de Freguesia. Presumo e concluo eu que a deliberação tenha sido precedida do parecer obrigatório da Junta de Freguesia, de acordo com o disposto no artigo 11.º, do diploma. Importa finalmente, neste caso concreto, ter em conta que não respeitando as condições em que as referidas freguesias foram agregadas anteriormente, a criação das novas freguesias – de Areias e Pias – deverá reger-se pelo regime geral da lei, isto é, poderá ser deliberada a todo o tempo, sem estar dependente da janela temporal de correção das desagregações de 2013, prevista no citado artigo 25.º do diploma. De igual

modo, o procedimento terá de respeitar, sem exceções os critérios económico e territorial definidos, respetivamente, no nº 2, do artigo 6º - participação mínima de 30%, no Fundo de Financiamento de Freguesias – e no nº 2, do artigo 7º - a área da freguesia não pode ser superior a 25% da área do município. Em suma e conclusão, a situação não é só enquadrável em termos legais, como procede em termos práticos, parecendo estar reunidas todas as condições para promover a pretendida autonomia administrativa daquelas duas freguesias". No final do parecer da ANAM, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal referiu que para que o processo em questão e por muita boa vontade que os cidadãos tenham, estando aberto para discussão e para votação naquela situação específica e no momento oportuno, todo aquele processo está dependente de uma outra estrutura que se chama Assembleia da República, dizendo que se pode elaborar um processo, chegando à Assembleia da República e não ser aprovado, deixando claro que a competência da Assembleia Municipal passa por permitir que aquando da votação do assunto em apreço, o processo que siga para Lisboa, seja um processo "à prova de bala". Tendo a Junta de Freguesia de Igreja Nova do Sobral já se manifestado, como já referido anteriormente, disse que Freguesia de Águas Belas ainda não se pronunciou sobre o assunto pelo que se irá aguardar. Deu conta que lendo a situação que está no processo deste ponto treze, referindo que tem de ficar claro no processo a elaborar, que se está a falar da desagregação administrativa referente aos 5,4km², de forma a que o decisor em Lisboa não tenha dúvidas e que não se está a colocar em causa as duas freguesias, a de Igreja Nova do Sobral e de Águas Belas. Continuou dizendo que era importante ouvir naquele momento o Senhor Presidente da União das Freguesias de Areias e Pias se tinha alguma situação para se pronunciar sobre o assunto, pelo que o mesmo não se pronunciou devido a estar já estar tudo dito no



Parecer no documento em apreço que foi lido na íntegra pelo Senhor Presidente da Assembleia Municipal, assim: *“Proposta de modificação e criação da Junta de Freguesia de Pias. Pelo Presidente foi apresentado ao Executivo um requerimento com abaixo assinado por 304 subscritores para apreciação e criação da Freguesia de Pias, ao abrigo da lei nº 39/2021, de 24 de junho. Este requerimento foi entregue à Senhora Presidente da Assembleia da União das Freguesias de Areias e Pias, que de acordo com o nº 1 do artigo 11º da Lei nº 39/2021, de 24 de junho, solicitou ao Executivo da União das Freguesias de Areias e Pias, por email a 23/11/2022, um parecer sobre a referida proposta. Desta forma, solicitou este Executivo ao Município uma análise através do Gabinete de Apoio Jurídico, aos parâmetros legais para a viabilidade desta proposta, pedido este que não obteve resposta vinculativa, sendo alegado pelo Gabinete de Apoio Jurídico do Município, que tem apenas dois técnicos afetos e não tem o conhecimento da globalidade dos critérios e requisitos específicos que são necessários preencher em concreto e se estes o estão de facto cumpridos por parte das Juntas de Freguesia que requerem a eventual desagregação e da sua realidade específica. Assim, não tendo este Executivo nenhum elemento com formação jurídica ou em direito, não terá este parecer qualquer teor jurídico. Em análise à proposta apresentada, é postura deste Executivo representar toda a população da União de Freguesias de Areias e Pias, pois é essa a sua função. Dessa forma, é de realçar que a União de Freguesias de Areias e Pias tem um universo de cerca de 1400 eleitores e este abaixo assinado tem 304 subscritores, pouco mais de um quinto do total de eleitores. É também de salientar que a aprovação desta proposta implica a extinção da atual União de Freguesias de Areias e Pias e obriga à criação de duas novas Freguesias, uma delas aqui proposta, mas o restante território não tem quaisquer menções na*

proposta. De referir também, que existem duas partes da antiga Freguesia de Pias que não pertencem ao território da União das Freguesias de Areias e Pias, pelo que as Freguesias de Águas Belas e Igreja Nova do Sobral deverão também pronunciarse sobre esta proposta, uma vez que é solicitado que a nova Freguesia de Pias contenha na íntegra o território da antiga Freguesia de Pias. Em caso de aprovação desta proposta, será disponibilizado o edifício da antiga sede da Junta de Freguesia de Pias para sede da nova freguesia assim como o inventário e quadro de pessoal, de acordo com o pretendido na proposta e enquadramento da lei. Assim, salvaguardando o interesse maior da União das Freguesias de Areias e Pias e de toda a sua população, e não tomando partido por parte desta, este Executivo remete a decisão para o órgão representativo máximo da freguesia, a Assembleia de Freguesia e subseqüentes entidades envolvidas no processo. Este parecer foi aprovado por unanimidade em Reunião Ordinária do Executivo da União das Freguesias de Areias e Pias em 28 de novembro de 2022". Disse no final do parecer que cumpre ao Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, deixar esclarecido, duas situações em que uma tem a ver com o processo de desagregação que seguiu a lei, não violando a mesma, e cujo processo está agora em mãos terá que expressar de forma clara que aquilo que está em causa são os 5,4km² e a pretensão adjacente a esses 5,4km², e não ao resto dos territórios desagregados pela desagregação territorial, dizendo que só depois de estar tudo feito, se possa seguir para um processo que possa ser construído de forma que vá ao encontro da vontade expressa pelos cidadãos de Pias, não vendo outra forma de resolver a situação, ressaltando que o parecer que pediu à ANAM foi solicitado a nível pessoal, mas que agora passou para o conhecimento da Assembleia Municipal, existindo com certeza outras formas de solicitar outros pareceres, pois o que mencionou pode não ser vinculativo,



pois foi feito a título informativo, tendo que o processo andar dos parâmetros mencionados e antes de vir à Assembleia Municipal, com uma ressalva, de que não existe um limite temporal de acordo com aquele parecer, dizendo que em qualquer momento, independentemente da situação da desagregação administrativa, aquela situação irá originar um procedimento seguindo a lei geral criando assim as duas novas freguesias. Terminou dizendo que esta era a necessidade que havia de fazer um esclarecimento de um ponto de vista formal daquele ponto. Recordou que a mesa da Assembleia Municipal está ali para um papel de informação e que os cidadãos sejam esclarecidos de forma transparente e idónea, terminando assim a sua intervenção. -----

INTERVENÇÃO ABERTA AOS CIDADÃOS -----

1. Intervenção e esclarecimento ao público nos termos do n.º 1 do artigo 49.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro. -----

O senhor Carlos Palhinha solicitou o uso da palavra e procedeu à leitura da sua intervenção que segue na íntegra a seguir escrita: *“Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Senhores Autarcas, Fregueses amigos. Antes de mais, quero dizer aqui uma palavra de agradecimento pessoal e também, atrevo-me a dizê-lo, em nome dos trezentos e quatro subscritores do abaixo-assinado que apelam à Assembleia da República no sentido de esta votar a criação da nova Freguesia de Pias, repito da nova Freguesia de Pias. Senhor Presidente, este agradecimento traduz o nosso MUITO OBRIGADO pela disponibilidade e pelo Esforço Pessoal por Si já dispensados no acompanhamento deste assunto, desde a primeira hora. -----*

Permita-me que, muito rapidamente, resuma alguns passos já dados. A Lei n.º 39/2021 de 24 de junho, que tem por objeto a Criação de Freguesias, traça dois caminhos para a Agregação e Desagregação das mesmas com vista à sua criação:

a) Uma via normal, prevista no artigo três, alíneas a e b, nas modalidades de Agregação e Desagregação e; b) Uma via anormal, "Especial, simplificada e transitória", prevista no artigo vigésimo quinto da mesma Lei. Nós pretendemos a Desagregação da UFAP (União das Freguesias de Areias e Pias), ou seja, nós queremos sair de uma freguesia, a UFAP e criar uma nova freguesia que será a das Pias, com cinco ponto quatro quilómetros quadrados, pois esta é a área de uma das quatro parcelas em que ela foi inicialmente dividida, por imposição legal, para permitir a sua Agregação à UFAP e este caminho será pela Via Normal do artigo terceiro, primeiro b) da Lei 39/2021 de 24 de junho. (lembro-vos que as quatro parcelas foram uma para a UFAP, outra para Águas Belas, outra para a Igreja Nova e outra para a Via Rápida). Vocês perguntarão, mas então, se os antigos fregueses que foram integrados nas Águas Belas ou na Igreja Nova quiserem voltar para a nova Freguesia de Pias poderão fazê-lo?... não vamos discutir agora esse assunto, mas eu, pessoalmente, acho que não podem voltar porque o artigo sétimo, ponto dois c) da Lei nº 39/2021 de 24 de junho, diz expressamente que o território da Freguesia ACABADA DE CRIAR é "obrigatoriamente contínuo". É que, seguindo esta Via Normal de Criação de Freguesias, eu penso que não precisamos sequer de interrogar ou auscultar os Residentes de Águas Belas e da Igreja Nova, os quais pertenciam às duas pequenas parcelas da antiga Freguesia de Pias, em que esta se dividiu por Força e Imposição da Lei nº 22/2012 de 30 de maio (artigos 1/2 3/d desta Lei, mais conhecida por Lei Relvas). Por outras palavras, a utilização desta Via Normal, prevista no artigo terceiro, da Lei nº 39/2021 de 24 de junho (que nós já estamos a utilizar desde o dia 22 de novembro passado, quando fizemos entrega, à Senhora Presidente da Assembleia de Freguesia da UFAP, da proposta de Criação de Freguesia, já aprovada, aliás, pela mesma Assembleia de Freguesia



no passado dia dois de dezembro). Dizia eu, a utilização desta Via Normal é POSSÍVEL e LEGAL enquanto se mantiver em vigor esta mesma Lei nº 39/2021 de 24 de junho. -----

Em resumo, após um estudo mais atento e aprofundado da "Lei da Criação de Freguesias anotada", por António Cândido Oliveira e Outros, edição da Associação de Estudos de Direito Regional e Local, de Braga, estou hoje convencido que é imperioso e se justifica um debate aberto e transversal, numa próxima Assembleia Municipal a realizar, com calma e ponderação, lá para janeiro próximo, e é isto que eu pessoalmente e, atrevo-me de novo a dizê-lo, em nome dos trezentos e quatro subscritores da Antiga Freguesia de Pias, peço ao Senhor Presidente para preparar com a devida antecedência." Realçou que aquilo que acabara de ler é a sua interpretação dos factos e que está pronto a revê-la se alguém lhe convencer que está errado, terminando assim a sua intervenção. -----

O senhor Vítor Mendes solicitou o uso da palavra e procedeu à leitura da sua intervenção que segue na íntegra a seguir escrita: "Muito boa noite Senhor Presidente da Assembleia e muito boa noite a todos os presentes." Dirigindo-se ao Senhor Presidente, disse que era um dos subscritores do abaixo assinado, informando que na sua intervenção não se baseava naquele assunto dizendo que são posições pessoais em relação ao problema da Assembleia e ao do executivo camarário e continuou." Senhor Presidente da Mesa da Assembleia. Na Assembleia Municipal de vinte quatro de junho do ano em curso o Senhor disse, e passo a citar: O que neste caso acontece é que estão todos os aqui presentes, com um único objetivo comum que é resolver a problemática discutida, pensando que quem está do lado dos órgãos executivo e deliberativo bem como a população, têm todos o mesmo objetivo. Eu também estive nessa Assembleia enquanto cidadão Senhor

Presidente, e não me revejo nessa conclusão. Para termos chegado aqui, alguém foi responsável, e ainda não vi, nem ouvi qualquer palavra de responsabilização. Eu enquanto cidadão recuso-me a aceitar que estes assuntos caiam em saco roto como se não tivessem existido responsáveis. Aproveito para lembrar que a Biocompost já recebeu do estado a fundo perdido seiscentos mil euros que é dinheiro de todos nós. Isto fica como alerta porque certos políticos costumam comer muito queijo, e por essa razão, têm tendência a se esquecer. Senhor Presidente da Câmara Municipal. Na Assembleia realizada em trinta de setembro de dois mil e vinte e dois, o Senhor fez a apresentação do novo logotipo da Câmara Municipal, mas esse logotipo já estava instalado. O Senhor aproveitou a boleia, fez a apresentação de projetos, mais projetos, mais projetos, perdeu-se com a apresentação dos tais projetos, esquecendo-se que o que deveria fazer é dar resposta aos problemas existentes. Concretamente eu enquanto cidadão pretendo é saber quando vai asfaltar as Ruas do Telheiro de Cima e Rua do Casal, quando vai ser construída a ETAR de Areias que pelo que disse já devia estar construída e não está, qual vai ser a solução para o cemitério de Ferreira do Zézere, quando se realiza o debate do PDM, quais os compromissos entre o Executivo Camarário e o Governo da nação sobre a Descentralização de Competências, quando se resolve e como se resolve a falta de Fibra Ótica no Concelho, qual vai ser a solução para a casa da música do Carril, qual a solução para a Biocompost, Comave e Sicasal, para quando a solução do saneamento básico em todo o Concelho, etc.... Mas, também chamo atenção do seguinte: A Tejo Ambiente, empresa intermunicipal, fez sair uma nota onde informa que a partir de agosto será aplicada uma taxa de oito ponto sessenta e seis cêntimos aos moradores que não têm rede de saneamento básico, e que essa taxa será aplicada a quem tenha de consumo mais de oito metros cúbicos de água.

Diz ainda que é uma recomendação da ERSAR, mas que é vinculativo. Uma recomendação, é uma opinião, e não uma Lei. Este serviço era gratuito, agora passa a ser pago. Tenho as minhas dúvidas que não exista aqui uma ilegalidade. Se não existe o serviço, como pode a empresa aplicar uma taxa por algo que não existe? O Ex. Presidente da Câmara disse aqui em Assembleia, que o Concelho só tem 25% de cobertura de saneamento básico. Por enquanto vou resistindo a não utilizar uma linguagem apropriada. Os senhores entregaram a gestão à empresa Tejo Ambiente, todos os anos são feitos orçamentos suplementares de milhares de euros para cobrir os défices da empresa, mas mesmo assim, não chega. A informação que aqui foi dada é que se a empresa desse prejuízo 3 anos seguidos entraria na insolvência. Digo entraria, porque o Governo do PS decidiu agora alterar a Lei nº 50/2012 que altera essas regras de jogo. Eu direi. É mesmo uma alteração à medida do cliente. Para onde é que o Senhor e o seu partido nos estão a levar Senhor Presidente? O Senhor disse que quando o criticam fica com mais força. Ora ainda bem que o Senhor recebe com agrado as críticas. Então não use a linguagem que utilizou na última Assembleia que passo a citar; Senhor Vítor, não me quero chatear consigo. Senhor Presidente, as reuniões de Câmara ou Assembleias para mim são para discutir políticas. Se o Senhor fica chateado é um problema seu. Eu venho apresentar assuntos que existem, para que sejam resolvidos. É um direito que me assiste, e pode registar que não deixarei de o exercer. A minha postura e forma de estar na vida, sempre fui frontal, direto, e rigoroso nos meus compromissos, e mantereí a educação enquanto não for provocado ou ofendido. Eu não renego as minhas origens. Sei de onde venho e para onde quero ir. O nosso concelho tem muitos problemas, cabe-lhe a si enquanto Presidente avaliá-los e definir as suas prioridades, exigindo das outras entidades,

como exemplo o Governo da Nação, que cumprem as suas obrigações e que não passem a bola como o estão a fazer com a tal descentralização. Isto sim, é fazer política, o resto, é música. O PSD quando detinha a responsabilidade na gestão da Câmara Municipal enrolava certos assuntos que não lhe convinha tratar. Outros, tratava pela porta do cavalo como as licenças de construção. Por isso, a população resolveu tratar do assunto, e deu no que deu. Espero que não se esqueça, e não cometa os mesmos erros. É que o Povo ainda é quem mais ordena Senhor Presidente da Câmara. Disse". -----

O Senhor Presidente da Câmara Municipal, no uso da palavra, e esclarecendo o Senhor Vítor Mendes, começou por referir que já tinha esclarecido algumas questões que tinham sido levantadas pelo Senhor Vítor Mendes, nomeadamente a questão do alcatrão, de que só acontecerá quando se transitar o saldo de dois mil e vinte e dois e também o reforço de quatrocentos mil euros de fundos comunitários relativo à requalificação de uma rua que está praticamente terminada, dando conta que não saberá se irão receber esse valor total, dependendo da totalidade de projetos e de haver dinheiro para que isso aconteça. Disse que só em fevereiro é que tem uma clarificação relativamente a um conjunto de estradas. Em relação ao PDM – Plano Diretor Municipal, referiu que tem sido um assunto difícil, mas que tem sido para o Senhor Presidente um grande desafio para que se consiga em janeiro trazer para discussão pública, caso não haja nada contra, pensando que não existe nada, pois existe o compromisso entre a APA – Agência Portuguesa do Ambiente e a CCDR – Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro, dizendo que a vinte e oito de dezembro irão abrir o procedimento para discussão pública daquela revisão do plano diretor municipal, embora se tenha que se discutir na reunião de câmara, bem como com os técnicos do Município, dando conta que a quinze de

janeiro estarão prontos para iniciar essa discussão, que terão depois trinta dias para a devida avaliação e devidos pareceres das várias entidades envolvidas para análise. Relativo ao assunto da fibra, começou por dizer que o governo lançou um conjunto de discussões e questões relativamente a zonas brancas, dizendo que irá haver financiamento para que as zonas brancas, zonas que não têm fibra e que num futuro próximo a possam ter, o que fez com as empresas privadas não avançassem para esse investimento neste momento. Referiu que é compreensível olhando para o lado das empresas, e que agora o que se pretende fazer é pressionar a tutela para que aquele programa financeiro seja colocado rapidamente à disposição para que as empresas possam ter acesso a esse financiamento e fazer esse investimento que é fulcral. Deu conta que reuniu com as juntas de freguesia, bem como a Altice/Meo que clarificou todo aquele procedimento, e em que fez um ponto de situação relativo a alguns sítios urgentes. Disse que neste momento não podem fazer mais a não ser pressionar para que num futuro próximo a possam ter. Em relação à casa da música, informou que ainda não se conseguiu arranjar financiamento para ir ao encontro daquilo que se pretende. Referiu que neste momento o que lá está já não é uma casa, é uma fachada que está no estado que está e que vai obrigar a efetuar alguma intervenção, existindo já um projeto do anterior executivo, o que cabe ao atual executivo decidir se mantém o mesmo ou não, dizendo que neste momento não têm capacidade para fazer um projeto de fundo sem financiamento comunitário. Deu conta que existem outras opções que daí advenham. Mas disse que estão atentos à fachada, tendo noção dos riscos que correm, do espaço temporal que eventualmente possa aguentar, não sendo um assunto esquecido. Passando para o saneamento básico e dando conta que foi uma das pessoas que na altura na oposição votou a favor da criação da empresa Tejo Ambiente, E.I.M., continuando a dizer que



continua a ser a melhor solução estando a trabalhar para o melhor da população. Referiu que a Câmara Municipal não tinha capacidade sozinha para investir quatro ou cinco milhões em saneamento e que está a ser feito até à data, pois só esse valor é metade do orçamento da Câmara Municipal, sendo necessário e importante perceber que têm de cumprir com um conjunto de obrigações, desde a ERSAR, desde imposições da União Europeia, bem como até rácios. O Senhor Presidente da Câmara quer que se saiba que as perdas que já se evitaram nos últimos três anos, permite o Concelho de Vila Nova da Barquinha e de Constância tenham água suficiente, não podendo esquecer também que toda a perda de água que acontece até à data dos seis municípios, equivale a mais de dois quilómetros de altura deste território, imaginando a perda de água bem como também, o roubo. Não pertencendo ao Conselho de Administração, embora esteja sempre próximo do mesmo, considera que têm sido feitos, trabalhos de qualidade, dizendo que não se consegue em dois, três anos, resolver todas as situações, mencionando que o caminho está a ser bem feito. E relativo à taxa que o Senhor Vítor Mendes mencionou que o serviço é prestado, dizendo que não se vai pagar uma taxa cujo saneamento não seja prestado, que não seja fixo e se não for feito com condutas à porta de casa é efetuado com camião próprio para o efeito, dizendo que ninguém quer ter fossas abertas em casa e que nos dias de hoje se tenha de olhar para a questão ambiental de forma séria, lembrando os presentes de que tudo o que vai acontecendo na Tejo Ambiente, E.I.M., se deve a um EVEF – Estudo de Viabilidade Económico-Financeiro que foi aprovado na Assembleia Municipal, havendo consequentemente um conjunto de obrigações que têm de ser cumpridas, porque se não se cumprir, não se têm acesso a fundos comunitários, podendo sofrer multas. Compreende que não é fácil as questões mencionadas, ou porque não têm acesso à



informação, ou porque não têm disponibilidade para a ter, o Senhor Presidente da Câmara continua a acreditar no projeto, tal como acreditou na altura que estava na oposição, sendo que os resultados começam a aparecer, sendo claro que existem custos, mas referiu que antigamente não se pagava saneamento, e que todos terão agora de fazer esse caminho. Disse que prefere pagar mais e saber que há uma perda de água menor do que não pagar e perder setenta e cinco por cento de água como por exemplo o Município de Mação perdia, que são números bastantes intoleráveis, deixando claro que nem tudo está bem feito, e que a empresa Tejo Ambiente, E.I.M., tem de continuar a corrigir um conjunto de situações, tal como a Câmara Municipal tinha de ter feito, como por exemplo investimento, o que não é de todo fácil. Espera continuar a ter financiamento para requalificação de condutas, sendo muito importante, e não só fazer saneamento, quando se têm condutas com trinta, quarenta anos, as mesmas ainda em fibrocimento, sendo um trabalho que tem de ser feito. Não se recorda de ter nos últimos anos mais de vinte milhões de euros de investimento que a empresa Tejo Ambiente, E.I.M., fez, quando os Municípios não tinham essa capacidade, nem capacidade de prestar um serviço como agora está a ser feito, mencionando a fiscalização contra roubos, etc, defendendo o utilizador/pagador, e que no dia em que achar que a gestão não é bem feita, irá tomar outro tipo de posição, mas até lá é ter saneamento por condutas ou camiões, ter uma menor perda de água, e com mais qualidade de água. Deixou no ar uma questão que foi colocada por um ferreirense, o Eng.º Rui Godinho, que foi vice-Presidente da Câmara Municipal de Lisboa que preside nesta altura a uma associação de grande importância em relação à questão das águas, dizendo que mais ano, menos ano poderá vir uma taxa para as águas pluviais. A intempérie que se faz sentir veio mostrar que tem de se olhar para as águas pluviais de maneira séria, ficando

apreensivo com essa situação. Falou no défice da empresa e que se houver será algo mínimo. Passando para o assunto da descentralização, disse ser a favor dela quando a mesma salvaguarde um conjunto de questões e direitos, nomeadamente a financeira, mas que as comissões de acompanhamento é que decidem, terminando a sua intervenção. -----

O Senhor Vítor Mendes, no uso da palavra, começou por referir-se ao alcatrão a informar que estava esclarecido, que irá ficar à espera e irá acompanhar a situação. Em relação à questão do PDM ficará assim aguardar para que a população fique a conhecer e que não vá apenas para o site da Câmara Municipal. Em relação às zonas brancas referiu que não é um problema da Câmara Municipal, mas sim do Governo, dizendo que compete à Câmara Municipal pressionar o Governo que é o papel do Senhor Presidente da Câmara Municipal. Referindo-se ao Eng.º Rui Godinho é um técnico, tendo a sua opinião, vale o que vale, sendo que o que se decidir passará pelo Parlamento. Continuou e dizendo que estava a acompanhar a discussão do orçamento contemplado no Período da Ordem do Dia, referiu que ficou um alerta, uma preocupação, referindo-se ao quadro de pessoal da Câmara Municipal ter aumentado com trabalhadores e à altura de fazer responder às necessidades. Se a esta situação de responder a dos fundos comunitários, espera que a Câmara Municipal tenha isto em consideração, terminando assim a sua intervenção. -----

O Senhor Presidente da Câmara Municipal, no uso da palavra, e voltando a falar na fibra e esclarecendo o Senhor Vítor Mendes, informou que no momento que reuniu com a Altice, enviou na altura email para a CIMT, para que os Municípios e de forma conjunta emitam um texto para que chegue à tutela para que se pressione ainda mais. Relativamente à questão técnica, deu conta que cabe à Assembleia da República e ao Ministro do Ambiente definir a referida taxa, dizendo que só deixou

no ar a informação para se irem ambientando para que custe menos. Em relação ao Mapa de Pessoal o Senhor Presidente da Câmara, referiu que o Mapa de Pessoal em dois mil e vinte e dois não aumentou, mas sim que vai aumentar em dois mil e vinte e três, e relativamente aos fundos comunitários disse que tem um Gabinete de Planeamento Estratégico, arriscando dizer que para o atual mandato está mais que pago, por todo o trabalho que se tem desenvolvido, seguindo esse caminho e na esperança que irá ter resultados, pois tem-se trabalhado muito para isso. Reiterou a sua disponibilidade para quando necessário e que está na Câmara Municipal para clarificar seja que assunto for. Antes de terminar e em nome do Executivo e da Câmara Municipal deixou uma palavra de conforto relativo às épocas que se aproximam, desejando boas festas a todos, com um Feliz Natal e um Feliz Ano Novo, com muita esperança e saúde junto da família e muito otimismo para que o próximo ano seja de muito trabalho e que se traduza em resultados que é aquilo que todos desejam, agradecendo a disponibilidade que apresentaram durante o ano, pertencendo ao Executivo continuar esse trabalho, o caminho, para que os ferreirenses tenham melhores condições de vida, terminando assim a sua intervenção. -----

E não havendo mais assuntos a tratar, o Presidente da Mesa da Assembleia Municipal agradeceu a presença de todos, desejando os votos de um Feliz Natal e de um Ano Novo repleto de saúde, de sucessos pessoais, dizendo que quando existe um sucesso pessoal esse sucesso torna-se coletivo quando se está em defesa do interesse das populações, desejando também que no próximo ano se mantenha a capacidade de trabalho e de diálogo, como tem sido feito até à data para o bom funcionamento da Assembleia Municipal e deu por encerrada a sessão, pelas vinte e uma horas e

